

AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 29 | Nº 11 | NOVEMBRO 2009 | R\$ 15,00



ISSN 0100-4298



Sarkozy



Brown



Hu Jintao



Obama



Lula



Merkel



Barroso



Taro Aso



Manmohan



Putin

Copenhagen

COP-15: HÁ ESPERANÇA?

Energia Biocombustíveis na América Central
Especial Diagnóstico da Cadeia de Pecuária de Corte

O agronegócio é o seguinte

Meio ambiente invade a agenda do campo

NÃO É surpresa os temas relacionados ao meio ambiente ocuparem uma parte significativa na agenda de trabalho das cadeias produtivas do agronegócio. Esse processo avançou por razões de diferentes naturezas. Como as questões ligadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global ganham espaço crescente na sociedade, as pressões sobre o desmatamento na Amazonas vieram de forma direta.

É neste contexto que se aproxima a 15ª Conferência das Partes (COP-15), com a participação de 193 países-membros da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague, na Dinamarca, entre 7 a 18 de dezembro. De acordo com o relatório divulgado pelos cientistas do IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas –, o estilo de vida, a temperatura da Terra pode subir até 6 graus centígrados até o final do século, em relação aos níveis pré-industriais, com catástrofes inimagináveis e o fim dos seres humanos.

Portanto, o mundo tem 40 anos, até 2050, para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 80% e apenas uma década para atingir metas que correspondam a 20%. A dificuldade é como atingir essas metas. Existem dissensos sobre os temas principais na pauta da conferência: 1) emissão de gases: estabelecer novas metas e prazos; 2) mecanismos de financiamento das ações de combate ao aquecimento global; 3) mecanismos de Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação (Redd) das florestas.

Foram realizados três encontros preparatórios para Copenhague: o primeiro, em agosto, em Bonn (Alemanha); o segundo, em outubro, em Bancoc (Tailândia); e o terceiro realizado em novembro, em Barcelona (Espanha). Sem concordância e embates entre os países, parece pouco provável aguardar um resultado revolucionário. Destaque-se ainda que, como se trata de uma conferência das Nações Unidas, as decisões para ser aceitas e válidas precisam ser tomadas por consenso, por unanimidade. A Apec (sigla em inglês para Cooperação Econômica Ásia e Pacífico) é a favor de uma declaração “politicamente vinculante”, algo específico e não obrigatório, deixando as questões mais difíceis.

A posição do Brasil não é simples. Quando se usa o critério do Protocolo de Quioto, o país é o 17º emissor em equivalente gás carbônico no mundo, mas quando

as queimadas entram na conta, sobe para quinto do *ranking*. Não é uma situação cômoda. O negociador-chefe da delegação nacional, embaixador Luiz Alberto Figueiredo, anunciou que as metas brasileiras para redução de gases de efeito estufa vão de 36,1% a 38,9% até 2020. Completa ainda a proposta o menor desmatamento na Amazônia e no Cerrado.

Nesse desenrolar de fatos e versões, em que a nação brasileira precisa formular uma estratégia integrada, sem fragmentação, é oportuna a reflexão sobre a separação inapropriada entre ruralista e ambientalista, campo e cidade, agricultura familiar e agronegócio. Na verdade, é criar dicotomias sem fundamentos, com perda de força sinergia para o País se posicionar competitivamente no mercado global. Veja o caso do Código Florestal, onde muito tempo foi perdido e o processo ainda se arrastará, mesmo com as medidas que vem sendo adotadas pelo governo.

A recente turbulência nos mercados de matérias-primas agrícolas merece destaque. Muitos países produtores adotaram políticas restritivas, como a exportação de arroz pela Índia, pelo Vietnã e pelo Egito, ao bloqueio da Ucrânia aos embarques de trigo ou à imposição pela Argentina de um imposto extraordinário sobre as exportações de cereais. Isso fez os países importadores repensarem a sua estratégia de abastecimento, com compras de terras em outros países. Com seu formidável estoque fundiário, é claro, o Brasil é visado pelos investidores estrangeiros. Com isso, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ) propôs oportunamente um projeto de lei para tratar essa questão.

Agroanalysis apresenta também o caderno especial sobre a cadeia produtiva da pecuária de corte. No mundo, o Brasil tem o maior rebanho comercial, além de ser, quantitativamente, o maior exportador, com potencial enorme para ser explorado. A área frigorífica passa por um processo irreversível de reestruturação, que afetará as suas relações com os fornecedores, principalmente a pecuária, e distribuidores atacadistas e varejistas. A montagem de corporações em escala e atuação global facilitam a incorporação de conceitos associados à sustentabilidade, como parte da aspiração do consumidor daqui e de fora. O fenômeno não é inédito e segue os passos da bem-sucedida moratória da soja, iniciada em 2006. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: Dreamstime (Capa), Getty Images (Capa e pág. 04).

Secretaria e apoio administrativo: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e Comunicação, Tel.: (11) 4243-9702, e-mail: jcotrim@terra.com.br. Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-3220, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar, Tel.: (11) 3799-3220, Fax: (11) 3262-3569

www.fgv.br/agroanalysis



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio F. Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho e Nestor Jost

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Dante Letti (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.)

Suplentes: Aldo Floris, Gilberto Duarte Prado, Luiz Roberto Nascimento Silva, Karine Brandão (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roger Agnelli (Cia. Vale do Rio Doce), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.) e Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS

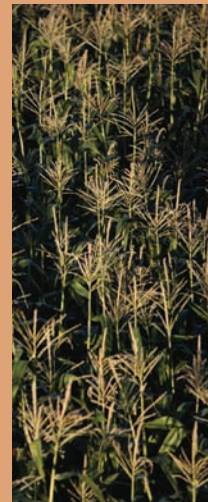
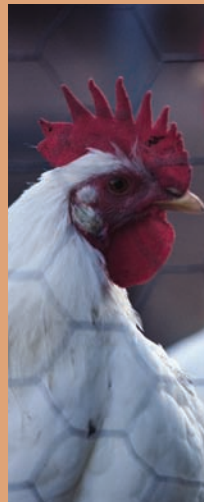
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.fgv.br/agroanalysis

ou ligue

0800 770 88 81

e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

6 Edivaldo Del Grande

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

12 Frases e comentários

Mercado & Negócios

13 Diplomacia agrícola

Agroenergia

14 Energia da biomassa

16 Etanol

Especial Pecuária

17 Desafios econômicos e ambientais da cadeia produtiva

Sustentabilidade

36 Questões pendentes

37 Conferência do Clima

40 Código Florestal

Especial OCB

42 Novo modelo

Especial Andef

43 1º Fórum

Especial Andav

46 Insumos agrícolas

48 Legislação

49 Diário de bordo

49 Produzir

50 Opinião

COP-15



37 Conferência do Clima

Energia



14 Biocombustíveis na América Central

Especial Pecuária



17 Diagnóstico da Cadeia

Edivaldo Del Grande, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp)

O agronegócio precisa de mais atenção

da Redação

HÁ ANOS responsável pelo *superavit* da balança comercial, o agronegócio, no Brasil, diferentemente do que ocorre nos países desenvolvidos, não conta com subsídios nem com uma política agrícola que o proteja e o mantenha em rota de competitividade permanente.

O ano de 2009 foi particularmente difícil, não somente pelos reflexos da crise econômica internacional deflagrada em setembro de 2008, mas principalmente pelas intempéries que comprometeram a produtividade e a qualidade da safra.

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a safra de 2009 deverá ser a menor desde 2002. Apesar do crescimento de 3,3% em relação ao ano passado, os 140,8 milhões de toneladas estão bem abaixo dos 145 milhões de toneladas estimados para este ano. Repetindo os padrões nacionais, o agronegócio paulista, apesar da retração nas exportações, da ordem de 10%, contribuiu para minimizar o *deficit* da balança comercial do estado. Até setembro de 2009, enquanto o estado apresentava um *deficit* de US\$ 16,8 bilhões, o agronegócio tinha *superavit* de US\$ 7,03 bilhões.

Para Edivaldo Del Grande, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp), que representa 108 cooperativas agrícolas paulistas, o agronegócio, pela importância econômica que tem para o País, merece melhor tratamento. A seu ver, em vez de incentivos, o produtor rural enfrenta sozinho o clima, a dificuldade do crédito, a burocracia para registro de produtos genéricos que poderiam baratear a produção, a ausência de política de preços, de um fundo garan-

tidor que permita acesso a seguros, a falta de estrutura logística e de segurança jurídica que tende a exigir índices de produtividade sem parâmetros técnicos corretos para permitir que continue dono de sua terra. Para completar, agora, se vê obrigado a se defender de ambientalistas por ter feito no passado o que lhe foi estimulado: o desbravamento das matas para tornar o solo produtivo gerador de alimentos e riquezas e, com isso, garantir o *superavit* da balança comercial.

Abaixo, a entrevista concedida a **Agroanalysis** por Edivaldo Del Grande, em que trata da questão do agronegócio, suas dificuldades e desafios:

AGROANALYSIS Qual o balanço o senhor faz do agronegócio no estado de São Paulo?

EDIVALDO DEL GRANDE De modo geral, o produtor rural brasileiro sofreu muito nas últimas safras, em especial por conta das condições climáticas, das exigências na liberação de recursos, do alto preço dos fertilizantes e das sementes, e do eterno problema da falta de um seguro rural que garanta não somente as perdas, mas também a renda do produtor. Em São Paulo, tivemos uma seca severa no final do ano passado. A safra de inverno sofreu com a seca no início, seguida de geadas e chuvas em momentos alternados. Com exceção da soja, não houve uma só cultura no estado com uma boa performance. O milho foi castigado pela geadas, com perdas de até 80%. O trigo, que vinha bem, sofreu com chuvas fortes durante a colheita, reduzindo a produção e a qualidade final do grão, o que dificultou sua comercialização. Hoje, ainda temos produtos encalhados dessa

safras e estoques de passagem nos armazéns das cooperativas paulistas. Há a tentativa de escoamento por leilões, mas dada a baixa qualidade e o mercado internacional ofertado, os preços mal bastam para pagar os custos da produção. Na citricultura, a retração do mercado externo provocou o achatamento do preço da laranja, sem contar o *greening* que fez com que boa parte dos produtores erradicassem sua produção. Mais uma vez o preço não cobre os custos de produção com a agravante de que a laranja não pode ser estocada a espera de melhor preço. A cultura da cana-de-açúcar chega à sua terceira safra sofrendo com o preço abaixo do custo da produção. Somente a soja teve produtividade razoável e mercado garantido.

AGROANALYSIS E quais as expectativas para o próximo ano?

DEL GRANDE Infelizmente, a previsão não é das melhores. Apesar da esperada recuperação da economia, o setor continuará à mercê das intempéries que, a meu ver, foram as grandes vilãs da última safra. Costumo dizer que, para alimento, sempre há mercado, mas não há telhado que proteja a produção agrícola do sol excessivo, das chuvas torrenciais e das geadas. A liberação de crédito anunciada pelo governo federal, mesmo que o acesso ao financiamento fosse facilitado, o que não é verdade, não seria suficiente para resolver essa questão. É preciso que haja uma política agrícola efetiva, nos moldes do que se encontra nos países desenvolvidos. Com relação ao mercado, a boa performance internacional com safras altamente produtivas vai permitir reposição dos estoques, aumento de oferta do produto e consequente queda do preço. Esse fenômeno deve atingir também a soja.

AGROANALYSIS Quais os desafios para o setor?

DEL GRANDE São vários e enormes como é o agronegócio brasileiro. Estamos falando de um mercado de 140 milhões de toneladas, mais de US\$ 50 bilhões, com um potencial de crescimento fantástico. Mas o principal desafio é trabalhar para man-

ter o homem no campo, para que ele não se sinta impelido a migrar para os grandes centros. E, para isso, se faz necessário rever nossa política agrícola, que tem base em uma realidade arcaica. É preciso fazer chegar ao produtor rural o crédito, instituir um seguro rural a preços competitivos, criar o tão sonhado fundo de catástrofe que garanta indenizações provocadas por catástrofes climáticas e honrar a política de preços estabelecida, com estoques reguladores que efetivamente equilibrem a relação produção e demanda, sem falar na infraestrutura. Nesse quesito, tenho que reconhecer que São Paulo leva vantagem. Temos uma malha viária ampla e bem conservada. Realidade bastante diferente dos outros estados brasileiros. Mas ressalte-se que os custos portuários e com pedágios, um dos mais caros do mundo, anulam essa vantagem competitiva.

AGROANALYSIS As linhas de crédito liberadas pelo governo federal não foram suficientes para o setor?

DEL GRANDE Se formos falar em cifras, sim, elas são bem razoáveis – R\$ 107,5 bilhões, sendo R\$ 15 bilhões para produção familiar e R\$ 92,5 bilhões para a agricultura comercial. No entanto, em São Paulo, posso afirmar que apenas cerca de 30% dos produtores rurais conseguem ter acesso ao crédito. São aqueles que ainda têm uma situação mais favorável, sem endividamento. Da forma como está, o sistema continua a beneficiar aqueles que estão em melhor situação. Nesse sentido, as cooperativas se apresentam como alternativa, pois conseguem pulverizar o crédito obtido. Porém, essa não é a saída ideal, pois representa um alto risco para as cooperativas agrícolas que, para não desamparar o produtor, assumem o papel de banco.

AGROANALYSIS Qual a saída para essa situação?

DEL GRANDE Nosso desafio é buscar o fortalecimento das cooperativas de crédito para atuarem como financeiras dos produtores rurais de modo a reduzir os riscos das cooperativas agropecuárias. O recur-



“ Com exceção da soja, não houve uma só cultura no estado [São Paulo] com uma boa performance ”

so proporcionado pelas agro não contam com salvaguarda por inadimplência como contam as instituições financeiras.

AGROANALYSIS E, de modo geral como o cooperativismo pode contribuir para o crescimento do agronegócio?

DEL GRANDE O cooperativismo é um modelo de negócio que combina as vantagens da iniciativa privada, sólidas parcerias com o Poder Público e uma vocação histórica para a maior justiça na distribuição de riquezas. No cooperativismo não há a concentração do lucro, já que todos seus associados (cooperados) são donos do negócio. Desse modo, depois de todas as contas pagas, compromissos quitados, o que sobra é distribuído entre todos. Seja no setor agropecuário, na área de crédito, de saúde, de consumo ou do trabalho, o fato de os cooperados participarem de toda a gestão da empresa é uma vacina poderosa contra os abusos registrados nos mercados financeiros. Aliás, cabe dizer que a crise imobiliária nos Estados Unidos somente não foi mais grave porque figuravam, entre os investidores, cooperativas de crédito atuando sem especulações. No agronegócio, o produtor rural cooperativado, em sua grande maioria de pequeno porte, passa a existir como grande, a comprar como grande, levando vantagem na aquisição de insumos e sementes, com ganhos de escala. São dois itens que influenciam grandemente a composição de preço do produto. Além disso, a intercooperação, um dos princípios cooperativistas, que estabelece a congruência de interesses nas relações entre cooperativas de outros ramos, pode trazer grande vantagem competitiva.

AGROANALYSIS Com relação ao seguro rural, como o senhor avalia essa questão no Brasil?

DEL GRANDE O seguro rural é o grande nó do agronegócio. É pela ausência de um sistema de seguro adequado que o agricultor está altamente endividado e impossibilitado de ter acesso ao crédito. Ao mesmo tempo, o setor também não conta com o fundo garantidor que poderia estimular novas seguradoras a entrar no mercado, bem como coberturas melhores com preços menores para o meio rural. Se contasse com esse mecanismo, o ano de 2009 não teria sido tão devastador para o produtor. Hoje, se o homem do campo tem um prejuízo por causa da seca, da geada ou das

chuvas excessivas, ele não conta com seguro e responde isoladamente por todo o prejuízo. Isso vem acontecendo há anos. E me pergunto: até quando? Até quando o produtor rural vai se arriscar a perder todo seu dinheiro, seu trabalho, sem um seguro que o ampare? Esse é um risco sério. As previsões indicam que em 2010 teremos a menor safra de todos os tempos e muito em função da insegurança dessa atividade e do alto endividamento do setor.

vada. A reforma agrária é importante, é necessária, mas muito mais necessário é conferir ao produtor rural a segurança física e jurídica para sua permanência no campo. O setor agrícola é o único a ter que comprovar sua eficiência, caso contrário perde seu patrimônio. Os índices de produtividade utilizados para definir o que é e o que não é produtivo datam de 1975, totalmente irreais e sem critérios técnicos, causando sérias distorções.

seu sustento, é com ela que diariamente ele lida. Da forma como foi concebida, a reforma inviabilizaria várias culturas tradicionais do país, como a maçã de Santa Catarina, o café de Minas Gerais. Além disso, não é justo transformar o produtor rural de uma hora para outra em criminoso. Depois de muita discussão, muita negociação, estamos conseguindo que o Ministério do Meio Ambiente flexibilize as exigências. Preservar é fundamental, mas com sustentabilidade, com critérios técnicos factíveis. As matas ciliares, não há dúvida, devem ser protegidas. Agora, exigir que os produtores substituam parte de sua produção que gera alimento e riqueza por recomposição florestal é sacrificar aquele que por anos foi incentivado a cumprir e está cumprindo o papel de provedor.

“Se estamos ajudando esses países preservando nossa mata, é justo que eles nos ajudem a proporcionar renda e vida de qualidade para aquelas pessoas que vivem na floresta”

AGROANALYSIS Como o senhor vê a questão da reforma agrária?

DEL GRANDE Por princípio, sou totalmente favorável à reforma agrária. Concordo que a terra deva ser destinada a quem produz. Mas, infelizmente, a forma como ela vem sendo feita não tem apresentado os resultados pretendidos. De um lado, é importante frisar que, para se fixar no campo, é preciso mais do que querer, é preciso ter conhecimento do negócio e, num país sem uma política agrária adequada, com tão poucos incentivos, é preciso ter um imenso amor à terra. Não há como dar certo destinar propriedades para as pessoas, sem um acompanhamento técnico, sem recursos. O que vemos é grande parte desse movimento sendo usado como bandeira para politizar a questão, produzindo inclusive “profissionais” que se especializaram em obter posse de terra, vender e migrar para fazer piquetes em outras áreas. Há um total desrespeito à propriedade pri-

AGROANALYSIS O senhor acha que o governo está falhando nessa área?

DEL GRANDE Confio na boa intenção e na competência do nosso governo. Acho natural a divergência, já que movimentos sociais e produtores rurais têm seus representantes e voz no governo. Isso é democracia. De nosso lado, acho que estamos muito bem representados pelo ministro Reinhold Stephanes e confio que chegaremos a um ponto de equilíbrio.

AGROANALYSIS O novo Código Florestal também é um assunto que vem causando reação do setor agropecuário. Como o senhor vê essa questão?

DEL GRANDE Mais uma vez tenho que concordar com a necessidade da iniciativa e discordar da forma como ela tem sido conduzida. Preservar o meio ambiente é uma responsabilidade de toda a sociedade. Mas saliento que ninguém mais do que o homem do campo quer a natureza preservada. Afinal, é dela que sai

AGROANALYSIS Qual a sua expectativa com relação à COP-15?

DEL GRANDE O encontro que acontecerá em dezembro, em Copenhague, gera grande expectativa de todas as partes. Discutir a preservação ambiental é condição fundamental para a continuidade da vida no planeta. Espero, no entanto, que seja levado em conta que permitir a produção é, da mesma forma, importante para a viabilização do nosso país e de toda a sociedade. O Brasil é um dos maiores responsáveis pelo abastecimento de produtos agrícolas do mundo. Impedir que essa atividade permaneça é um erro. Portanto, minha expectativa é que se encontrem caminhos em que a atividade agrícola possa coexistir com a preservação e, mais que isso, que não seja delegado apenas aos países menos desenvolvidos o ônus da preservação. É preciso que países que desmataram para proporcionar melhores condições de vida a seus cidadãos, agora paguem para que os outros países que ainda têm o que preservar, como o Brasil, possam continuar a fazê-lo. Veja, é uma relação de mão dupla: se estamos ajudando esses países preservando nossa mata, é justo que eles nos ajudem a proporcionar renda e vida de qualidade para aquelas pessoas que vivem na floresta. ■

Macroeconomia

Deterioração do quadro fiscal

Rogério Mori*

UM DOS elementos que mais chamam a atenção no contexto atual diz respeito à deterioração do quadro fiscal brasileiro ao longo de 2009. Essa deterioração tem vários componentes que merecem atenção redobrada no contexto econômico atual.

Sob essa perspectiva, é preciso analisar as ações fiscais tomadas pelo governo sob diferentes ângulos e, ao mesmo tempo, deve ser considerada a dinâmica do ponto de vista da arrecadação em um ambiente de retração acentuada da atividade econômica como a que foi observada nos primeiros meses do ano.

Claramente, a análise deve levar em conta o receituário recomendado sob o ângulo fiscal no ambiente da crise que se instaurou no último trimestre de 2008. O contágio da crise financeira internacional, cujo epicentro foi a economia norte americana, se deu por meio de uma brutal retração de crédito em escala global e com reflexos claros sobre a economia brasileira. Essa dinâmica, sem dúvida, afetou mais duramente os setores cujo desempenho tem maior sensibilidade ao crédito. Embora o governo brasileiro tenha demorado um pouco para reagir efetivamente com a política monetária, as ações de política fiscal se iniciaram em dezembro do ano passado com o início do processo de isenção de alguns tributos sobre setores específicos. Sem dúvida, esse tipo de ação tem impactos diretos sobre a arrecadação desses tributos o que contri-

buiu para a deterioração do quadro fiscal brasileiro verificada ao longo do ano, mas se mostrou efetiva do ponto de vista de estímulo à recuperação da atividade econômica brasileira.

Associado a esse fenômeno, ainda contextualizando o aspecto da arrecadação, a atividade econômica registrou intensa retração desde o último trimestre de 2008. Ainda que a economia brasileira esteja se recuperando na margem nos últimos meses, os efeitos da retração verificada se fizeram sentir duramente sobre a arrecadação do governo, o que contribuiu significativamente para a piora do cenário fiscal em 2009.

A análise desses elementos sugere um caráter de transitoriedade do ponto de vista dos impactos sobre a arrecadação e a queda de cerca de R\$ 7 bilhões na receita líquida do Tesouro Nacional no período janeiro-setembro de 2009 relativamente ao mesmo período do ano passado não é preocupante. A ausência de novos choques adversos e a recuperação gradual da atividade econômica brasileira terão impactos positivos sobre os níveis de arrecadação daqui para a frente. Ao mesmo tempo, uma vez que a economia apresenta sinais concretos de retomada, o governo tem eliminado gradualmente a isenções concedidas, o que terá impactos positivos sobre os níveis de arrecadação nos próximos meses. O somatório desses elementos sugere que, do lado da arrecadação, algum grau de normalidade deverá ser

restabelecido nos próximos meses, com efeitos sobre o quadro fiscal brasileiro.

Do lado dos gastos, no entanto, o quadro não se mostra tão positivo assim. A recomendação em termos fiscais no aspecto dos gastos seria de um aumento transitório, focado em investimentos, particularmente em infraestrutura, para estimular a retomada da demanda agregada. No entanto, as ações do governo federal nesse lado mostraram-se relativamente incompatíveis com essa recomendação. Os gastos com pessoal, por exemplo, aumentaram em R\$ 17 bilhões nos nove primeiros meses do ano relativamente ao mesmo período de 2008, representando um crescimento de 19,1%. Os benefícios previdenciários também cresceram significativamente, registrando um aumento de 12,6% no período. Claramente, esse tipo de gasto não tem uma característica transitória e a deterioração do quadro fiscal imposta por esses aumentos não cessará no médio prazo, representando uma sobrecarga sobre as contas públicas que deverá perdurar por um bom tempo.

Em síntese, se de um lado as ações fiscais mostraram-se efetivas e adequadas para um momento de crise como a enfrentada em fins do ano passado e início deste, de outro, mostraram-se inadequadas do ponto de vista de boas práticas fiscais em um horizonte de médio e longo prazos. ■

* Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)

Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br



CAMARÃO NORDESTINO

Acaraú, Itarema e Cruz, municípios da região da Costa Negra, no litoral oeste do Ceará, realizaram este mês o 1º Festival Internacional do Camarão. O evento reuniu produtores, técnicos, empresários e chefes de cozinha nacionais e internacionais.

RECEITA DE US\$ 300 MI

Com 1.200 produtores, o Nordeste explora 19.715 hectares de viveiros e produz 70.000 toneladas de camarão por ano, gerando 50.000 empregos e uma receita de US\$ 300 milhões (dados de 2008).

MAIS CARO

Os importadores europeus chegam a pagar até 40% a mais do que o preço do mercado mundial pelo crustáceo dessa região. Enquanto o quilo do produto é comercializado internacionalmente em torno de US\$ 4,50, o proveniente da Costa Negra é vendido por até US\$ 6,30.

Atualmente, os principais centros importadores de camarão são EUA, Japão e União Européia (Espanha, Dinamarca e França). Para saber mais: www.accn.org.br.

FAZENDAS MARINHAS

A carcinicultura, criação de camarão marinho em cativeiro, é praticada em mais de 50 países. Os estados do Rio Grande do Norte, do Ceará, da Bahia, de Pernambuco, Sergipe, da Paraíba e do Piauí respondem por 95% da produção nacional do setor.

SELO DE QUALIDADE

O Ceará busca agora o selo de certificação de domínio controlado do cultivo de crustáceo. A região do Baixo Acaraú produz atualmente o melhor e mais caro camarão do mundo, cultivado em 32 fazendas da região conhecida como Costa Negra.

PESTICIDA NO IGARAPÉ

Um estudo que vem sendo conduzido pela Embrapa mostra que a expansão das culturas de soja, arroz, milho e algodão compromete os rios e bacias subterrâneas da Amazônia Oriental, que agrega os estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e de Mato Grosso. O uso exagerado de pesticidas está matando os igarapés da Amazônia (riachos que nascem na mata e deságuam nos rios).

CARNAÚBA PARA EXPORTAÇÃO

A cera de carnaúba está sendo utilizada em vários setores, desde a produção de alimentos à indústria de cosméticos. Criada em 2004, a Carnaúba do Brasil, empresa cearense, se especializou na produção da cera orgânica, com o apoio do Sebrae. A empresa vende 200 toneladas de cera por mês, sendo 90% deste total para os EUA, a Alemanha e o Japão, segundo Marina Azevedo, gerente de Exportação da Carnaúba do Brasil.

QUEDA DE 4,4% NO VBP

O Ministério da Agricultura trabalha com um valor bruto da produção (VBP) 4,4% inferior ao de 2008, com base no levantamento de 20 culturas realizado em outubro. O Norte do Brasil, segundo as projeções iniciais, é a única região que terminará o ano com crescimento do valor da produção agrícola (11%), enquanto o Nordeste vai registrar queda de 2,1% em relação a 2008. No Sudeste, a previsão é de queda de 5,8%, de 10% no Sul e 22% no Centro-Oeste.

GIR DE OURO

Vale Ouro, reprodutor da Central Alta Genetics, teve metade de sua propriedade comercializada em cinco cotas de 10% avaliada cada uma em R\$ 172.500 mil. Isso indica que o valor do mercado do touro hoje é de R\$ 1,725 milhão, recorde mundial de preço da raça gir leiteiro.



SUÍNO NO PRATO

Um coquetel com quibes, risoles, pastéis e lasanha, todos feitos com carne suína, marcou a primeira reunião do Conselho Consultivo do Projeto Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura, realizada no dia 21 de outubro em Brasília.

O projeto reúne a Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS), o Sebrae e a CNA, e tem por principal objetivo aumentar o consumo *per capita* de carne suína no Brasil dos atuais 13 quilos para 15 quilos no prazo de três anos. Na Europa, o consumo médio é de 45 quilos.



MENOS CEBOLA

A atual safra de cebola em São Paulo deve render 309,5 mil toneladas, cultivadas em 8.974 hectares. A área total deve sofrer uma retração de quase 17% em relação à safra passada, segundo dados da Secretaria de Agricultura de São Paulo. Semeada em abril, a cebola é colhida entre julho e outubro.

META AMBIENTAL



24 milhões de t

a menos de dióxido de carbono é a meta da Política Estadual de Mudanças Climáticas, anunciada pelo governador José Serra em São Paulo. O objetivo é reduzir em 20% a emissão de gases de efeito estufa até 2020, tendo por base 2005.

HÁ CINCO ANOS...



Protocolo de Quioto entra em vigor

“A produção brasileira de carne de frango chegará a 8,280 milhões de toneladas em 2004, 8,3% a mais que o produzido em 2003”

Agroanalysis, dezembro de 2004

Este ano, a produção brasileira de carne de frango deve ficar em torno de 11 milhões de t. O setor produz hoje em um mês o que levava um ano para produzir na década de 70.

“O Censo Agropecuário IBGE 2006 exibe fortes inconsistências quando comparado aos levantamentos anuais do próprio instituto, como a Pesquisa Pecuária Municipal IBGE 2006 e a Pesquisa Agrícola Municipal IBGE 2006. Neste caso, o Censo ou as pesquisas anuais, ou ambos, estão errados”

SENADORA KÁTIA ABREU,
presidente da CNA

“O anúncio governamental de redução na projeção de emissões de gases de efeito estufa para 2020 não passa de retórica”

ROBERTO SMERALDI, diretor da Ocip Amigos da Terra – Amazônia Brasileira e autor do *Novo Manual de Negócios Sustentáveis*

“Opportunity is knocking. It is up to you to open the door”

BAN KI-MOON, secretário-geral da ONU, sobre a Conferência de Mudanças Climáticas em Copenhague em dezembro próximo

“A empresa Brasil Ecodiesel prometia sozinha fornecer 800 milhões de litros de biodiesel de mamona. Dinheiro público bancava o projeto. Mas nada deu certo. As lavouras não vingaram, os assentados desistiram, o dinheiro do Pronaf sumiu, a mamona murchou. E a Ecodiesel acaba de falir”

XICO GRAZIANO, secretário de Meio Ambiente de São Paulo

“A agricultura e a pecuária precisa trabalhar para aumentar o estoque de carbono orgânico no solo e assim manter a produção sem a necessidade de desmatar novas áreas”

GUSTAVO MOZZER, pesquisador da Embrapa Cerrados

“O uso mundial de defensivos agrícolas tem aumentado cerca de US\$ 20 bilhões por ano, desde a década de 1990. Os produtos mais utilizados são os herbicidas; estes representam metade de todos os produtos utilizados – a maior parte nos países industrializados. Quanto aos inseticidas e fungicidas, os países em desenvolvimento consomem cerca de metade desses produtos”

GERALD R. STEPHENSON, professor da Escola de Ciências Ambientais da Universidade de Guelph, no Canadá

“As pessoas boas dormem muito melhor à noite do que as pessoas más. Claro, durante o dia as pessoas más se divertem muito mais”

WOODY ALLEN, cineasta e escritor

“A concentração do mercado não é desejável, mas a alternativa seria a falta de liquidez e até a quebra de algumas empresas”

SEBASTIÃO DA COSTA GUEDES, presidente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC)



Diplomacia agrícola

Reformas, comunicação e fóruns

Adriano J. Timossi*

APESAR DE ocupar posição de destaque como um dos principais *players* no mercado agrícola mundial e caminhar entre os líderes como o celeiro do mundo, o Brasil precisa fazer uma grande reforma em suas estratégias de comunicação externa de forma a atender à demanda internacional por informações sobre a agricultura brasileira.

Os adidos devem ser os grandes agentes promotores de reformas. A melhora na comunicação é primordial para que as ações no sentido de elevar a qualidade dos produtos brasileiros sejam bem recebidas pela comunidade internacional. Uma primeira medida nesse sentido seria a reformulação do *website* do Ministério de Agricultura. Este deveria estar disponível em pelo menos três línguas: inglês, francês e espanhol. O seu conteúdo de informações e *links* recomendados deveriam serem atualizados. Um exemplo para adequação desse conteúdo seria a menção ao Ano Internacional de Fibras Naturais, celebrado pela FAO neste ano. Da mesma forma, a inclusão de uma nota sobre a crise alimentar, que é ainda um problema global sobre o qual o Brasil, devido à sua extensa experiência na produção de alimentos, poderia dar grandes contribuições para o mundo.

O Brasil precisa igualmente desenvolver um sistema de projeções e análises de produção e de mercados nos contextos nacional, do Mercosul e mundial. Seria uma estratégia para reduzir a forte dependência de fontes externas de informação. Houve grande progresso nos últimos anos, mas há ainda um longo caminho pela frente. A capacidade de prever safras envolve a necessidade de maiores investimentos para desenvolver instrumentos eficazes.

A geração de estatísticas consolidadas sobre cada um dos signatários do Mercosul também seria de grande valia. Ainda no cenário regional, com a criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), o Brasil poderia propor a extensão do Conselho Agrícola do Sul (CAS) para todas os países sul-americanos e não apenas para os membros do Mercosul, Chile e Bolívia. Nessa instância poderia ser criado um Conselho de Agricultura e Desenvolvimento Rural similar ao Conselho de Defesa, Energia e de Saúde.

Outra medida que poderia ajudar a divulgar os produtos agrícolas brasileiros para o resto do mundo seria a promoção de publicações mais direcionadas às novas questões que emergem nos mercados globais.

Para isso, poderiam ser estabelecidas alianças estratégicas entre órgãos e ministérios do governo federal e destas com entidades semelhantes em outros países. Um bom exemplo de excelência nesse sentido foi a recente publicação do governo australiano, intitulado *Caring for Our Country*, resultado de um trabalho conjunto entre Ministério de Agricultura e Ministério de Meio Ambiente. Ou a revista *Amber Waves* do Departamento de Agricultura dos EUA.

No campo acadêmico, o Brasil deveria sugerir a criação de um programa similar ao Erasmus – programa de intercâmbio de estudantes e docentes em universidade da União Europeia – para o Mercosul e para a Unasul, o que permitiria o intercâmbio de estudantes de agricultura, relações internacionais, comércio exterior e outras áreas afins. O programa contribuiria muito para for-

Avanços no contexto regional e global

Sugestão para duas publicações:

- **Agricultura Brasileira e o Desenvolvimento Global**: este estudo deveria mostrar ao mundo o papel da agricultura brasileira para o desenvolvimento do Brasil e seu potencial para o desenvolvimento global pelas relações de cooperação Sul-Sul e triangular, focando principalmente os biocombustíveis.
- **Séries Brasil**: um material mensal multiministerial a ser preparado para distribuição nas embaixadas e missões no mundo a exemplo do material editado pelo MA e MMA da Austrália e da revista *Amber Waves* do USDA.

mar um estoque intelectual sul-americano com jovens profissionais conhecedores das dificuldades e desafios da agricultura na região. Também se abririam as portas para que parte dos jovens profissionais brasileiros pudessem vir a trabalhar em instituições regionais como IICA, FAO e Cepal, entre outras. O intercâmbio ainda permitiria o estabelecimento de grandes projetos de pesquisa científica ligando instituições regionais em vários campos de conhecimento. Um projeto inicial poderia ser feito na área ambiental, no contexto dos países da Otca – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. ■

* Especialista em Desenvolvimento Econômico.
E-mail: timossiaj@yahoo.com.

Energia da biomassa

Biocombustíveis na América Central e no Caribe

Giuliano Marchini Senatore*
Elisa Carlos Pereira*

PATROCINADA POR instituições como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Fundação Getúlio Vargas, através da FGV Projetos tem realizado de estudos de viabilidade para a produção de biocombustíveis. Até o momento, o Haiti, El Salvador, Honduras, a Guatemala e a República Dominicana receberam os trabalhos que se iniciaram no ano de 2007. Fruto do Memorando de Entendimento entre os Estados Unidos e o Brasil, a intenção é convergir esforços para apoiar a difusão dos biocombustíveis e desenvolver socioeconomicamente os países contemplados.

Para o estabelecimento de um mercado sólido de produção de biocombustíveis na América Central, a regulamentação do ambiente institucional, via planejamento político-econômico é essencial. São necessárias medidas para regulamentar a introdução dos biocombustíveis na matriz energética nacional, de forma a garantir a sustentabilidade de sua produção e competitividade econômica, que devem ser lastreadas por garantias de demanda.

Nesse sentido, os países da América Central e do Caribe têm iniciado uma série de ações políticas, configuradas em programas e projetos que podem tornar a região atrativa a investimentos locais e internacionais, o que fortaleceria a economia regional e o desenvolvimento socioeconômico.

Os instrumentos políticos mais utilizados na regulamentação do mercado são os incentivos fiscais (isenção de impostos, principalmente de renda e para a

importação de maquinários). A instituição de mistura obrigatória, a fim de garantir a demanda, é outro instrumento estudado. Porém, esses mecanismos de regulamentação devem ser institucionalizados, somente após a estruturação da produção nacional dos biocombustíveis. Assim, estudos sobre o tema colaboram para destacar as ações necessárias e subsidiar os governos com informações estratégicas, que permitam o desenvolvimento de políticas públicas e planejamento governamental.

Todos os governos dos países analisados demonstram interesse e têm aporte técnico e político de instituições representativas, que facilitam a sistematização das informações e a construção de políticas regulatórias.

O estágio inicial de desenvolvimento do mercado de biocombustíveis na América Central e a discussão de novos marcos regulatórios, podem ampliar as oportunidades de investimentos. As políticas públicas a serem elaboradas e colocadas em prática terão papel chave no desenvolvimento e consolidação do mercado de biocombustíveis na região.

Os primeiros investidores podem usufruir dos incentivos, fomentando empreendimentos rentáveis com custos de produção bastante competitivos. Haveria garantia de demanda proporcionada pela instituição da mistura obrigatória internamente a esses países e pela possibilidade de acesso privilegiado a mercados em países desenvolvidos.

Abaixo são discutidos os resultados dos projetos realizados pela FGV Projetos em diferentes países da América Central.

Honduras

O estudo de viabilidade para produção de biocombustíveis está em fase inicial. Pretende-se identificar as culturas agrícolas mais propícias e regiões para instalação de projetos. Serão considerados aspectos edafoclimáticos de adaptabilidade da produção agrícola e aspectos econômicos de produção agrícola e industrial. O objetivo é obter subsídios e disponibilizá-los, para tornar possível a tomada de decisão de desenvolvimento das políticas públicas, principalmente referente à porcentagem das mesclas com combustíveis fósseis.

Vinculado aos Ministérios da Indústria e Comércio, da Agricultura e Pecuária e à Secretaria dos Recursos Naturais e Ambientais, o órgão responsável pela política energética, a Unidade Técnica de Biocombustíveis foi criada após a homologação da Ley para Producción y Consumo de Biocombustibles, em 2007. Embora não preveja a mistura obrigatória de etanol à gasolina, a lei contempla incentivos fiscais que podem diminuir os custos de produção, como a isenção do imposto de renda durante 12 anos; a isenção do pagamento do *Aporte para la Atención a Programas Sociales y Conservación del Patrimonio Vial* durante os primeiros 15 anos e o acesso aos benefícios aduaneiros relativos à importação de maquinários.

Guatemala

A análise de viabilidade possui os mesmos objetivos específicos dos trabalhos realizados em Honduras. A política energética do país é coordenada pela Comissão Nacional de Energia Elétrica que busca garantir a segurança e a diversificação da oferta e qualidade desses produtos; oferecer preços competitivos aos consumidores e produtores; incentivar os investidores; e apoiar a viabilização da oferta do serviço elétrico.

As ações realizadas para o incentivo à produção de bioenergia referem-se à isenção das tarifas de importação e isenção do Imposto de Valor Agregado. A Ley de Incentivos para el Desarrollo de

Proyectos de Energía Renovable (2003) também prevê a isenção do pagamento do imposto de renda por dez anos na etapa comercial. A mescla dos biocombustíveis aos combustíveis fósseis não é citada pela lei e o estudo poderá dar apoio à decisão governamental para criar um marco regulatório com esta intenção.

El Salvador

As ações políticas referentes aos biocombustíveis são coordenadas pelo Conselho Nacional de Energia, criado pelo Ministério da Indústria e Comércio. A política industrial prevê a promoção do desenvolvimento dos recursos renováveis e novas fontes de energia limpa; a expansão das redes de distribuição e a promoção de investimentos privados. Os instrumentos políticos previstos referem-se ao apoio à estabilidade de preços e garantia parcial sobre determinados empréstimos.

Foram realizados dois estudos de viabilidade. O primeiro, em 2007, objetivou a recomendação de investimentos em projetos de biocombustíveis, por meio da

identificação das culturas agrícolas mais propícias. Pela sua viabilidade, a produção de etanol permitiu apoiar a decisão governamental pela adoção da mescla de 10% de etanol à gasolina, em vias de ser aprovada no país. O segundo, em 2009, fortaleceu a viabilidade econômica da produção do etanol, através de estudos aprofundados da estrutura fundiária local e elaboração de um modelo de negócio condizente à realidade do país.

República Dominicana

No início da década de 2000, foram promulgadas leis específicas de energia, como para hidrocarbonetos e eletricidade, que preveem controle de preços, incentivo fiscal às empresas de energia elétrica cuja fonte fosse renovável e a criação do órgão responsável pelas políticas: Comissão Nacional de Energia.

Foram utilizadas como base para a formulação da Ley de Incentivos al Desarrollo de Fuentes Renovables de Energías y de sus Regímenes Especiales, que tramita no governo e ainda não entrou

em vigor. No projeto de lei propõe-se a isenção dos impostos que incidem em maquinários importados e isenção do imposto de renda durante dez anos. A mistura obrigatória, e sua porcentagem, estão em fase de análise pelo governo. O estudo realizado apontou para a produção de etanol e identificou áreas adequadas à produção de cana-de-açúcar, que estão sendo utilizados como suporte para a decisão governamental.

Haiti

É o único entre os países estudados, que não tem um órgão responsável por seu desenvolvimento, embora esteja sendo planejada sua criação. A entidade de gestão atual é um conjunto composto pelo Ministério do Trabalho Público, Transportes e Comunicação (MTPTC), pela Secretaria das Minas e Energia (BME) e pela Eletricidade do Haiti (EDH).

Em 2008, a Secretaria das Minas e Energia, propôs um programa que ainda não entrou em vigor. O seu objetivo é promover o cultivo de culturas agrícolas para a produção de biocombustível, priorizando as mesclas de 10% de biodiesel ao diesel e a mescla de etanol à gasolina. São instrumentos citados para sua efetivação os incentivos fiscais e investimentos em pesquisas e estudos.

No trabalho, foi constatada a viabilidade de produção de etanol nas proximidades de Cap-Haitien (Região Norte do país) e definida a viabilidade técnico-econômica da produção de biomassa a partir de uma forrageira conhecida como capim elefante, que seria utilizada para cogeração de energia elétrica.

No entanto, a discussão sobre biocombustíveis é delicada, em decorrência da instabilidade política e social que o país atravessa. Isto pode afastar o interesse de investidores privados. De outro lado, a alta demanda, decorrente da precária infraestrutura atual, constitui-se em atrativo para novos investimentos, desde que sejam atendidas condições mínimas que permitam investimentos. ■

* Consultores da FGV Projetos.

Etanol no Brasil: experiência em tecnologia e regulação

Devido à sua competência no desenvolvimento de tecnologias agroindustriais inovadoras e na experiência do governo em regulamentação, o papel brasileiro para o desenvolvimento de biocombustíveis em outros países é de extrema relevância. Segue um breve histórico do etanol no Brasil:

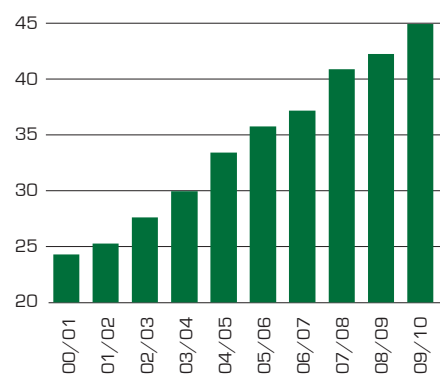
- Durante o século 20, o Estado foi fundamental para elaboração de uma política comum no setor canavieiro brasileiro. As primeiras iniciativas deram-se no começo da década de 1930, com a criação de programas como cotas de produção, administração de preços e garantia de compra do etanol.
- Em 1975, por conta das altas nos preços do petróleo e da baixa dos preços do açúcar, foi lançado o Pró-Álcool. Inicialmente, o programa estimulou o mercado interno, incentivou a produção de etanol e fortaleceu a ação governamental de administração dos preços finais.
- Entre a segunda metade da década de 1980 e final dos anos de 1990, o mercado brasileiro de etanol experimentou períodos de instabilidade, com quedas abruptas nos preços internacionais do petróleo, baixos valores pagos aos produtores e problemas de abastecimento do produto.
- No início de 2000, com a retomada nos preços do petróleo e o advento da tecnologia dos carros flex, a demanda de etanol voltou a crescer. O novo impulso no consumo, aliado às medidas governamentais, como a mistura obrigatória, colaboraram para o fortalecimento do mercado de etanol combustível no Brasil

Etanol

Novos elementos para o debate

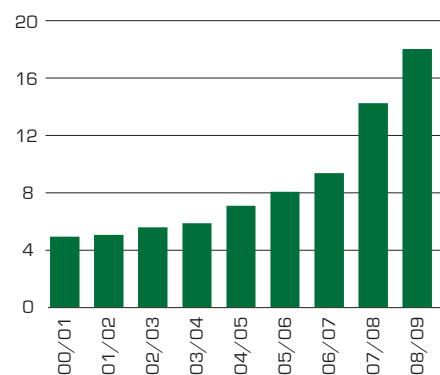
ATÉ POUCO tempo atrás, o principal foco do debate que envolvia os biocombustíveis estava na capacidade de reduzir a emissão de carbono na atmosfera e na competição com a produção de alimentos. No entanto, recentemente foram divulgados estudos que avaliam outras características dos biocombustíveis ou de seu processo de produção.

Produção mundial de óleo de palma (milhões de toneladas)



Fonte: USDA

Produção brasileira de etanol (bilhões de litros)



Fonte: Unica

De um lado, os biocombustíveis podem proporcionar significativos ganhos econômicos, desenvolvimento rural, e diminuir as emissões de gases do efeito. De outro, sua produção pode causar a expansão da fronteira agrícola, desmatamento, poluição da água, problemas de segurança alimentar, entre outras preocupações.

Dessa forma, por meio de avaliações técnicas, é necessário tornar mais claro quais são os *trade-offs* envolvidos na produção dos biocombustíveis, considerando a matéria-prima e a tecnologia utilizadas, além da região produtora.

Aqui no Brasil foi divulgado pelo Ibmama e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) um polêmico sistema que conferia uma 'nota verde' aos carros de passeio ao avaliar a quantidade de poluentes (dióxido e monóxido de carbono, óxidos de nitrogênio e hidrocarbonetos) liberada por cada veículo. De acordo com seus resultados, os carros a etanol estavam entre os maiores emissores.

Diversas entidades, com destaque para a Unica e a Anfavea, rapidamente se pronunciaram apontando os equívocos do sistema divulgado pelo MMA e pelo Ibmama, além de solicitar uma revisão na metodologia adotada.

No entanto, a divulgação de relatórios que analisam outras particularidades dos biocombustíveis não se restringe ao Brasil. Em artigo publicado no final de outubro pela revista *The Economist*, foram apresentados três estudos (um relatório das Nações Unidas e dois artigos publicados na revista *Science*) que abordam outras consequências do uso dos biocombustíveis.

De acordo com o citado relatório das Nações Unidas, o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar, desde que cultivado e processado adequadamente, mais do que apenas zerar as emissões, tem a capacidade de capturar CO₂ da atmosfera. Já o etanol produzido a partir do milho, além de apresentar desempenho menos eficiente, se não for corretamente plantado e processado, pode até poluir mais do que a gasolina.

O relatório também faz duras críticas ao biodiesel produzido a partir do óleo de palma cultivado em regiões tropicais. Quando sua produção exige a derrubada de florestas tropicais, seu balanço energético é bastante desfavorável.

Em um artigo publicado pela *Science*, Jerry Melillo, do *Hole Marine Biological Laboratory*, e seus colaboradores tentaram estimar como uma expansão da produção dos biocombustíveis pode mudar o mapa da agricultura mundial durante o século 21.

De acordo com seus autores, a África é o melhor lugar para plantar biocombustíveis e a que pode capturar mais carbono a longo prazo. No entanto, eles também mostram que o crescimento generalizado das culturas energéticas pode causar liberação global líquida de gases de efeito estufa, devido à abertura de terras para o cultivo e ao uso de fertilizantes.

Em outro artigo, também publicado pela *Science*, Tim Searchinger, da Universidade de Princeton, aponta que as regras para avaliar o cumprimento do Protocolo de Quioto são tendenciosas a favor dos biocombustíveis, porque não são levadas em conta as emissões realizadas durante a abertura e o preparo da terra utilizada para a produção de tais combustíveis.

A demanda por biocombustíveis está fortemente associada ao pressuposto de que são ambientalmente sustentáveis. No entanto, este ponto será constantemente alvo de pesquisas que podem rejeitar ou não a hipótese. Por mais polêmicos que possam ser os estudos, seus resultados merecem ser debatidos. ■

ESPECIAL PECUÁRIA

DESAFIOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS DA CADEIA PRODUTIVA



RECESSÃO ABORTA O CICLO DE ALTA

Certamente, a pecuária de corte foi a atividade da agricultura brasileira que passou pelo período mais longo de dificuldade ao longo desta década. O interregno de 2000 a 2006 representa literalmente sete anos de vacas magras em termos de rentabilidade.

O patamar relativamente baixo dos preços do boi esteve associado ao comportamento retraído do mercado interno, para uma produção em marcha ascendente. Com consumo *per capita* entre 35 a 37 quilos de equivalente carcaça, o crescimento ficou meramente em ritmo vegetativo. Enquanto isso, o aumento dos custos de produção ficou em patamares bem maiores que os reajustes obtidos pela arroba. Felizmente, as exportações decolaram a ponto de colocar o País no primeiro posto mundial desde 2004.

Entre diferentes regiões e até nas mesmas praças, foi cena comum a oscilação acentuada nas cotações e na disponibilidade de boi. As escalas de abate recuavam e ampliavam-se com força em pouco de tempo. Em certos momentos, os atores tiveram de administrar as ondas especulativas quanto à detecção de focos de febre aftosa, como ocorreu em Mato Grosso do Sul e no Paraná em 2004 e 2005.

O ano de 2005 foi marcante para a cadeia produtiva da pecuária de corte nacional. Uma série de acontecimentos mostrou a necessidade de uma ponderação mais profunda. Os preços desvalorizaram-se em plena entressafra, ante a produção superior ao consumo, mesmo com aumento nos custos de produção. E não só as margens dos pecuaristas ficaram comprometidas, mas também dos frigoríficos. Tudo isso alimentado pelas notícias de aftosa, seguidas pelo fechamento de mercados estaduais e por embargos de dezenas de países.

Para seguir na posição conquistada em 2004, de primeiro do *ranking* de exportação, à necessidade do Brasil se alinhar às exigências do mercado internacional. Ter volume é necessário, mas para ser suficiente cabe atender aos critérios rigorosos impostos pelos importadores, na maior parte das vezes. As questões nas áreas das barreiras não tarifárias requerem progressos, assim como maior agressividade para a conquista de novos mercados.

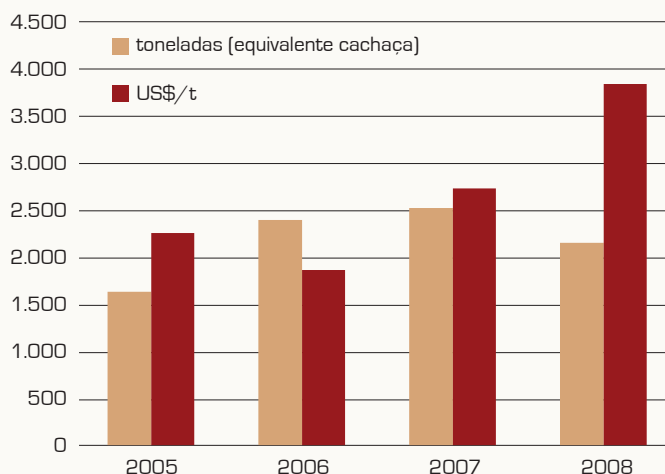
Não há dúvida, com fluxo de exportação firme, o nome do Brasil se consolida como *player* titular do mercado internacional de carnes e contribui de maneira positiva para o resultado da balança comercial, sobretudo o agropecuário. Diante das oportunidades e exigências do mercado externo, as indústrias processadoras tendem a repassar aos criadores critérios de sanidade, padronização e comercialização para a aquisição de animais. Como conduz a mudanças no processo de produção e de gestão, isso sempre onera de alguma forma o sistema produtivo, o que provoca reclamações dos criadores quanto à ausência de compensações por parte dos grandes compradores.

Brasil: exportações de carne bovina (US\$ milhões)

Ano	In natura	Industrializada	Outras	Total
2000	503	252	58	814
2001	739	252	58	1.049
2002	776	299	69	1.144
2003	1.155	338	97	1.590
2004	1.963	447	115	2.525
2005	2.419	525	116	3.060
2006	3.135	654	135	3.923
2007	3.486	694	245	4.425
2008	4.066	853	406	5.325

Fonte: MDIC/Secex

Brasil: exportação de carne bovina



Fonte: Abiec

Os embargos dos países à carne brasileira deixam evidente o grau imediato de resposta do mercado internacional aos eventos internos. O mercado interno emite sinais de fragilidade e dependência em relação à comercialização internacional. Pressionado pelo cenário difícil, o criador sentiu a importância de aprimorar a gestão do negócio, principalmente na questão das formas de comercialização. Pulverizado e heterogêneo, o seu poder de barganha é fraco diante de grupos de frigoríficos mais concentrados.

Com dificuldade maior para sustentar seu nível de lucratividade e repor as perdas ocasionadas pela inflação, junto com aumentos de custos, a saída veio com o dramático aumento da taxa de abate, que passou de 32,5% para 45%, entre 2000 e 2007, principalmente de matrizes. Entre 2003 e 2006, os custos de produção tinham crescido 31% e os valores da arroba caíram 18%, segundo o Cepea.

Assim, sem grande surpresa, de junho de 2007 até outubro de 2008, o preço entrou em trajetória ascendente, com recordes para o bezerro, o boi gordo e a carne no atacado. Os indicadores apontavam para uma virada de ciclo. Depois de anos seguidos com elevados abates de bois e matrizes começaram a escassear bezerras, novilhos e animais magros para abate. As indústrias

frigoríficas enfrentavam obstáculos nas exportações com o dólar desvalorizado e nos repasses para a rede atacadista e varejista. Além disso, os estados de São Paulo, do Paraná e de Mato Grosso do Sul continuavam sem poder exportar para a União Europeia em 2007.

Diante da menor disponibilidade de matéria-prima para abate, os frigoríficos menores, assim como os maiores, com maior poder de barganha, passaram a ter problemas de escala na produção. O medo de escassez de animais e a necessidade de cumprir os programas de exportações, levaram as empresas a fechar grandes negócios com os confinadores, para entrega no segundo semestre a valores pré-estabelecidos.

As incertezas relacionadas à quantidade e época em que os animais estariam disponíveis para os abates no decorrer de 2008 – mais a baixa adesão de pecuaristas ao novo sistema de rastreabilidade –, às rígidas exigências impostas por países importadores da carne brasileira (especialmente os da Comunidade Européia) traziam mais preocupações para os frigoríficos.

Apesar das quedas dos preços do animal de reposição, do boi e da carne, os valores estiveram elevados em 2008. A disponibilidade de animais continuou baixa, como reflexo da fraca rentabilidade da atividade pecuária nos anos anteriores. Os números de abate divulgados pelo IBGE no final de 2008 confirmam a previsão de oferta pequena de animais abatidos, com redução em relação à quantidade observada no mesmo período de 2007.

Ainda com a economia mundial bastante aquecida no primeiro semestre, as exigências dos importadores sobre o sistema de rastreabilidade nacional prejudicaram o comportamento das vendas externas. Mesmo assim, com as inversões realizadas em plantas frigoríficas nos últimos anos, o trabalho de conquista e diversificação de países importadores de carne bovina e o bom desempenho do PIB brasileiro, no conjunto, provocaram subida nos preços do boi, da carne e ainda dos insumos em geral.

No segundo semestre, o alastramento da crise financeira no âmbito global, em particular no último trimestre, afetou drasticamente as exportações, que tiveram queda em quantidade, mas recorde em valor.

No princípio deste ano a pecuária movia no sentido de fazer uma adequação ao novo contexto econômico. A empolgação com as cotações e a facilidade para acessar recursos financeiros ficaram para trás. Com dificuldade de capital de giro e inadimplência de clientes externos, a situação ficou crítica na indústria, que se voltou para o mercado interno. Os pedidos de recuperação judicial, como o do Independência, revelaram o grau de vulnerabilidade até de empresas de maior porte.

A evolução dos negócios corre com muita cautela e de forma lenta. A queda do PIB enfraquece o mercado interno, enquanto as exportações devem recuar em torno de 20%. Assim, a menor produção de bois para abate, que estava prevista para este ano como um fenômeno natural do ciclo da pecuária, com consequente alta de preço, não acontecerá. A queda no preço de bezerro revela o menor ritmo das atividades de recria e engorda.

PERSPECTIVAS PARA O CONFINAMENTO

Em 2008, conforme levantamento realizado pela Associação Nacional dos Confinadores em dezembro, entre seus 47 associados, a quantidade de animais confinados teve redução devido à elevação dos preços dos insumos agropecuários, o encarecimento da mão de obra em alguns estados, e principalmente, à elevação dos preços do boi magro e do bezerro.

Neste ano, desde o início, os produtores rurais e a indústria de alimentos mostravam preocupações sobre o comportamento do mercado agropecuário. A crise iniciada nos EUA atingiu diferentes economias. O Brasil, por exemplo, ressentiu-se da queda nas exportações, enquanto a União Europeia, um de seus principais clientes, enfrenta uma recessão sem precedentes.

A incerteza desestimula os setores produtivos, como a pecuária intensiva, em que os dispêndios são substanciais, apesar de existirem fatores a favor do confinamento, como a inclusão de novas fazendas produtoras na lista de habilitadas a exportar para a União Europeia, reabertura do mercado chileno, conquista de novos mercados e queda da oferta de boi gordo para os frigoríficos.



Brasil: confinamento de boi (mil cabeças)

Ano	Quantidade *
2006	343
2007	549
2008	541

Fonte: Assocon.

Ademais, em 2008 foram abatidos 21,8 milhões de bovinos nos estabelecimentos com inspeção federal, número 13% inferior ao de 2007. A grande quantidade de fêmeas abatidas no triênio 2004 a 2006 pode ainda refletir-se na diminuição de animais abatidos em 2009.

Estudo realizado com 518 confinamentos no estado de Goiás em 2007 revelou que o principal período de entrada do gado no cocho aconteceu entre junho e agosto. Os abates de bovinos confinados em 2009 poderão se concentrar, como nos dois anos anteriores, no segundo semestre, seja pela finalidade do sistema (confinamento no período da seca e entressafra) ou também pela expectativa de melhores preços no terceiro e quarto trimestres de 2009.

Brasil: confinamento bovino em 2009 (mil cabeças)

Pesquisa	Quantidade *
Janeiro a março	498
Junho	492
Setembro	379

Fonte: Assocon.

A primeira pesquisa da Associação Nacional dos Confinadores (Assocon) sobre a intenção de confinamento apresentou um aumento de 5%. Como a maioria dos pesquisados desenvolve o ciclo completo de **cria, recria e engorda**, o impacto dos preços do boi magro é menor. A previsão ainda era uma incógnita. Mesmo com a baixa nos custos, para o criador ficava a dúvida sobre os preços da arroba no segundo semestre. Se o mercado recuperar-se somente em agosto e setembro, não sobra tempo para o confinador tomar uma decisão.

O resultado do segundo levantamento da Assocon mostrou pequenos ajustes. Com mais de 90% do gado comprado, os preços futuros sinalizam para a arroba na ordem de R\$ 90,00. Para o pecuarista que apostou na atividade em 2009 e planejou a compra de boi magro e insumos no início do ano, o prenúncio é de um retorno financeiro favorável.

Porém, como a pecuária enfrenta forte crise em Mato Grosso, o confinamento poderá manter os mesmos números de 2008, e até apresentar redução. O cenário de desconfiança ainda prevalece no setor agropecuário.

No seu 3º Levantamento Anual sobre Intenção de Confinamento, a Assocon apurou inversão nas estimativas, com queda no confinamento deste ano. Com menor oferta de gado confinado nos próximos meses e contratos de exportação a cumprir, a

cotação do boi gordo sofrerá pressão. Sobre a decisão de manter os animais no pasto pesaram a retirada do prêmio por qualidade oferecido pelos frigoríficos exportadores, e o prolongamento do período de chuvas em algumas regiões do País.

Confinamento cai 20%

Levantamento da Assocon revela queda de 20% da intenção de confinar gado. O motivo principal é a queda do preço da arroba comercializada. O produtor receberá pela arroba do boi gordo valor menor ao que pagou pelo boi magro. Sem reação dos preços pagos pela arroba bovina no mercado interno e demanda retraída nas exportações, o pecuarista fica desestimulado a confinar.

Além da queda do preço da arroba, a reposição cara e o alto custo da produção fazem com que muitos produtores migrem para outras atividades, como cria e recria, além de plantio de grãos e cana.

De acordo com a pesquisa da Assocon, a queda no preço do boi gordo é um dos pontos que justificam a decisão de manter os animais no pasto em vez de confinar. Outras razões são a retirada do prêmio por qualidade oferecido pelos frigoríficos exportadores, que em alguns casos chegava a R\$ 10,00 por arroba. Por sua vez, com o prolongamento do período de chuvas em algumas regiões do País, permanência do gado no campo ficou favorecida.



PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO

O impacto da crise financeira global acelerou as operações de fusões, aquisições e investimentos entre os frigoríficos brasileiros. Alguns deles saem fortalecidos, após negociarem dívidas e acessarem créditos para expansão de novas plantas e arrendamentos de outras unidades, como o Marfrig e o JBS Friboi. Outras, enfraquecidas, recorreram à recuperação judicial e desativaram operações, conforme o exemplo dos grupos Independência, Arantes, Margen, Frigoestrela e Quatro Marcos, dentre outros.

Em período de crise, pode parecer surpreendente, a competição não fica mais frouxa no mercado. Os frigoríficos que diminuem ou interrompem as suas atividades deixam espaço para a entrada imediata e maior participação dos seus concorrentes.

Com capacidade diária de abate que aumentou substancialmente nos últimos anos, a taxa de ociosidade estimada pelo mercado cresceu perto de 50%. Isso fomentou o processo de consolidação no setor, com a criação em pouco espaço de tempo de três expressivas corporações mundiais:

- Brasil Foods, com a fusão da Perdigão com a Sadia;
- A união da JBS com a Friboi;
- Marfrig, com o arrendamento de unidades dos frigoríficos Mercosul e Margen, e a compra da Seara.

Brasil: capacidade diária de abate

Empresa	Cabeças (mil)
JBS Friboi	43,4
Marfrig	22,3
Margen	10,0
Independência	8,0
Mercosul	8,0
Minerva	6,6
Quatro Marcos	4,5
Frialto	4,3

Fonte: Sondagem Agroanalysis.

Assim, na busca de opções diante da tendência de concentração no mercado industrial de carne nacional, bem como na aposta de ganhos imediatos e a confiança na ampliação da demanda global por proteína animal, as empresas mostram interesse na formação de parcerias com grupos estrangeiros, planejam associações com concorrentes e ficam propensas a eventuais incorporações.

Não obstante, se essas operações significam ganho de escala, incremento da força produtiva e maior potencial de competitividade, os clientes externos e a produção primária veem essa movimentação com preocupação.

Na verdade, para as megaempresas em construção surge uma agenda arduosa a ser cumprida. Muitas dessas negociações realizadas entre os frigoríficos passarão ainda pelo crivo do Conselho de Administração e Defesa Econômica (Cade), cuja missão é zelar pela livre concorrência. Os próximos passos serão os desdobramentos de como desenvolverão suas relações com os clientes e os fornecedores, o que toca a defesa da economia, um tema ainda raro nas análises das cadeias produtivas nacionais.

É claro que as negociações envolvem crescimento no estrangeiro por motivos estratégicos. Com as aquisições de plantas no exterior, as empresas ganham condições para acesso à União Europeia e ao Japão, por exemplo. Como esses mercados impõem restrições às exportações nacionais devido aos focos de febre aftosa, essa foi a saída encontrada para um frigorífico brasileiro se tornar uma empresa de alcance global.

Por sua vez, com maior capacidade de manobra e de logística, os planos de suprimentos de matéria-prima dos frigoríficos ganham flexibilidade e variam muito em função da disponibilidade de animais em cada região. Onde a oferta fica mais acentuada, os preços ficam mais frouxos e aparece a oportunidade para que os frigoríficos minimizem custo. Nesse cenário, até que ponto as cotações poderão ser definidas por baixo e comprometer a rentabilidade da pecuária? Haverá uma homogeneização dos seus preços no País?

No universo dos frigoríficos brasileiros, entre as megacorporações e as empresas em estado falimentar, aparecem muitas unidades de escala média, e viáveis economicamente – Minerva, Frigol, Frialto, dentre outras. Muitas delas estão em condições de analisar incursões no negócio, mas a postura deve ser de cautela. Uma das lições deixadas por esta crise é a importância da estratégia de crescimento ser montada sobre uma estrutura de capital sólida e não apenas na alavancagem de negócios com recursos de terceiros.

Existem oportunidades com importadores que procuram diversificar seus fornecedores, na oferta de produtos e serviços personalizados, com a manutenção da sua marca e força de venda própria, além de associações para minimizar custos com frete, porto e embalagens.

É importante ter em vista que a consolidação do mercado industrial da carne nacional mudará o comportamento dos atores da cadeia produtiva. Os próprios clientes, até mesmo os externos, poderão ceder na negociação de preços, em troca da garantia de fornecimento por meio de fechamento de contratos de longo prazo. Importante para o capital de giro dos frigoríficos nacionais, os pagamentos antecipados e à vista podem fazer a solidificação de parcerias.

Do ponto de vista do ramo empresarial, as aquisições e a transformação das empresas nacionais em grandes *players* internacionais trazem benefícios. As marcas adquirem exposição global e gestão fica mais compromissada com a profissionalização e a questão ambiental.

Guerra Judicial

Com a crise e o corte de crédito, o impasse para melhorar a relação entre seus elos chega ao ponto culminante na cadeia produtiva da pecuária nacional. Nas divergências dos frigoríficos com os pecuaristas, que emergem nas assembleias para solucionar recebimentos e pagamentos, fica clara a necessidade de negociações mais transparentes e confiáveis na comercialização atacadista e varejista.

Somente em Mato Grosso, onde está o maior rebanho do País, das 38 plantas habilitadas a exportar, 15 unidades ficaram paralisadas. A capacidade de abate reduziu-se em 40%. Essa interrupção aumentou as dívidas dos frigoríficos com os pecuaristas, que somam R\$ 120 milhões. Demissões atingiram 40 mil pessoas ligadas diretamente à cadeia produtiva. Ficaram sem girar na economia cerca de R\$ 4,2 bilhões, o que pode significar, em 2009, queda de 20% do total da arrecadação estadual de ICMS sobre os frigoríficos. Os números, contabilizados pela Acrimat, mostram que a economia dos municípios será afetada.

Como fortalecer o mercado de comercialização de gado nesse ambiente?

Com o fechamento de diversas plantas industriais, em algumas regiões de Mato Grosso, o gado de viaja até 800 quilômetros para chegar ao abate. Com isso, há redução no preço do animal e o pecuarista fica com pouca renda para novos empreendimentos.

É difícil chegar ao consenso. O caminho passa pela recuperação das finanças dos frigoríficos, que precisam negociar recebimentos com os clientes, principalmente os externos, dívidas com os credores e pagamentos para os fornecedores, entre os quais os criadores. Cada parte precisa de capitalização, mas a desconfiança é alta. Além disso, as decisões são individuais, no âmbito de cada empresa.

Apesar das datas limites estabelecidas nos processos, recursos judiciais poderão arrastar as pendências por muito tempo. Em 29 de dezembro de 2008 foi protocolado o pedido de recuperação judicial do frigorífico Quatro Marcos. Depois, em 9 de janeiro de 2009, veio o pedido do Grupo Arantes, apresentado oficialmente em 23 de julho. O processo de recuperação do Independência é de 27 de fevereiro de 2009, mas legalmente teve início apenas no dia 2 de junho. De acordo com a assessoria da Acrimat, o prazo para apresentação do plano de recuperação é de 180 dias, a ser aprovado em assembleia, desde que não haja falta de *quorum*.

GRUPO DE TRABALHO DA PECUÁRIA SUSTENTÁVEL

O Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) foi criado a fim de contribuir para a sustentabilidade da cadeia de valor da pecuária bovina, por meio da ação conjunta de todos os seus elos, do pecuarista ao varejo, com a participação ativa da sociedade civil e o diálogo constante com o governo.

Como enfrenta grandes desafios, várias iniciativas de políticas sociais e ambientais na pecuária bovina são adotadas por produtores, indústrias, bancos, empresas de varejo e também pelo governos federal e estaduais.

Para que essas iniciativas sejam eficazes e duradouras, as ações devem ser orientadas por princípios e critérios comuns, que tenham o reconhecimento do conjunto de segmentos da cadeia de valor e da sociedade civil.

Para isso, o GTPS apresenta seu plano de trabalho para os próximos três anos, com foco nos pontos centrais de:

- Monitorar o desmatamento no Bioma Amazônia em decorrência das atividades da pecuária bovina;
- Definir princípios e critérios socioambientais para a produção e comercialização de produtos da pecuária bovina; na construção de um sistema de rastreamento de produtos e na disseminação de boas práticas de produção.

A execução do plano de trabalho contará com a participação de todos os segmentos da cadeia de valor e da sociedade civil participantes do GTPS, na busca de garantir plena transparência e participação na formulação e na implantação das políticas sociais e ambientais para o setor.

Compromisso

O GTPS e os seus membros assumem o compromisso com o desmatamento zero, com a criação de condições e formas de compensação para viabilizá-lo.

Para cumprir esse compromisso, o GTPS se compromete a desenvolver ferramentas e mecanismos para o monitoramento, rastreamento, critérios de produção, compra e financiamento e incentivos econômicos para a promoção da sustentabilidade na pecuária bovina.

Linhas estratégicas para a cadeia de valor

1. Critérios socioambientais objetivos e auditáveis para toda a cadeia;
2. Contribuir para e participar dos mecanismos de monitoramento do desmatamento;
3. Atuar como interlocutor entre a cadeia de valor e os órgãos do governo para a promoção e desenvolvimento de políticas públicas;
4. Desenvolver mecanismos de incentivo econômico para promoção de práticas de produção mais sustentáveis;

5. Sistematizar e disseminar boas práticas produtivas para cadeia de valor da pecuária bovina, de programas de recuperação de áreas degradadas e dos passivos ambientais;
6. Desenvolver projetos piloto de adequação de propriedades rurais às boas práticas socioambientais;
7. Desenvolver mecanismos de medição de gases de efeito estufa com o objetivo de reduzir emissões e criar oportunidades de renda com a preservação das vegetações nativas.

Objetivos e metas

1. Contribuir e participar do monitoramento do desmatamento
Mapeamento da pecuária bovina no Brasil
Desenvolver a metodologia de monitoramento
Monitorar o desmatamento de fornecedores diretos e indiretos dos frigoríficos participantes do GTPS
2. Critérios socioambientais de produção, compra e financiamento
Formular primeira versão de princípios e critérios socioambientais
Definir e submeter para consulta pública, princípios e critérios socioambientais
Membros do GTPS somente financiarão e adquirirão animais e produtos produzidos segundo os critérios de sustentabilidade estabelecidos.
3. Sistema de rastreamento da pecuária bovina
Apresentar a primeira proposta do Sistema de Rastreamento para o GTPS e Poder Público.
Implantar e efetuar validação técnica do Sistema de Rastreamento em projeto piloto
Implantar o Sistema de Rastreamento em áreas prioritárias a serem definidas pelo GTPS.
4. Projetos piloto de pecuária sustentável
Promover a adequação de propriedades aos critérios de pecuária sustentável, cadastramento georreferenciado e identificação de animais.
5. Mecanismos de incentivo econômico para sustentabilidade na pecuária
Apresentação de proposta de mecanismos financeiros para o GTPS e governo
Aplicação de novos mecanismos financeiros em projetos piloto

Comissões Técnicas

Para a formulação das propostas e desenvolvimento dessas iniciativas serão criadas as seguintes comissões técnicas:

- CT de monitoramento do desmatamento
- CT de critérios socioambientais
- CT de rastreamento
- CT de mecanismos financeiros

A pecuária sustentável

Depois da moratória em 2006 e o posterior monitoramento do seu plantio no Bioma Amazônia, muito se discute sobre as causas da ocupação da pecuária na Amazônia, tais como a necessidade de atender às exportações, os financiamentos para as plantas frigoríficas, o não cumprimento da legislação ambiental e o corte raso das florestas.

Rebanho bovino (milhões de cabeças)

Região	Quantidade
Amazônia Legal	71,0
Bioma Amazônia	44,3

Fonte: PPM-IBGE 2007

É preciso olhar cada uma dessas considerações com mais profundidade. A interpretação sem diferença entre o Amazonas Legal e o Bioma Amazônia não pode acontecer, pois leva a uma leitura equivocada. Por sua vez, a quantidade de frigoríficos na região está longe ser a responsável pelo aumento na exportação de carne.

Isso não significa, é claro, negar que a pecuária esteja entre as opções de sobrevivência para a população de 23 milhões de pessoas que vivem no Bioma Amazônia, onde o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é muito baixo.

Brasil: números dos frigoríficos

- 1.500 abatedouros (incluindo os entrepostos de processamento e embalagem);
- 315 abatedouros com Selo de Inspeção Federal e habilitação para exportar;
- 99 abatedouros respondem por 90% das exportações brasileiras: quatro no Pará, três em Rondônia, um no Acre e cinco na parte amazônica de Mato Grosso.

Por sua vez, como os projetos de assentamento do Incra, grande parte sem licença ambiental, seguem a todo vapor na região amazônica, fica fora de lógica imaginar desmatamento zero a curto prazo.

O grande plano consiste na reconversão das pastagens de fraca produtividade para suportar o desenvolvimento de uma criação mais intensiva em termos de animais por hectare, pois além de permitir que terras sejam poupadas para lavouras, aliviará as pressões para a derrubada de florestas. Este é o caminho da pecuária sustentável.

Liderança nas exportações

Para sustentar a posição de liderança na exportação de carne bovina do mundo, a cadeia produtiva nacional da pecuária de corte terá de administrar o risco dos países importadores restringirem suas compras por equívocos no sistema de rastreabilidade do país. O caso mais emblemático é o da União Europeia, com a suspensão na importação de produto brasileiro em final de janeiro de 2008. Este ano os números devem ficar um pouco melhor.

UE: importação de carne bovina *in natura* do Brasil

Ano	Mil toneladas	US\$ milhões
2000	104	338
2001	125	341
2002	128	353
2003	163	496
2004	224	890
2005	295	914
2006	314	1.160
2007	195	1.087
2008	36,2	270

Fonte: Secex

Lançado em janeiro de 2002, o Sistema Brasileiro de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov) previa o rastreamento obrigatório de todos os animais de estados livres de febre aftosa ou em processo de declaração até dezembro de 2007. Parte dos pecuaristas foi a favor da adesão voluntária ao programa e do recebimento algum tipo de compensação.

Na UE, a certificação de origem está alicerçada em três itens: identificação individual dos bois, base de dados informatizada em órgão governamental e controle da movimentação de animais.

Mas, o motivo das restrições às carnes brasileiras tende a ir além das questões somente de ordem sanitária, circunscrita no governo, para chegar aos padrões de sustentabilidade. Os consumidores ficam cada vez mais sensíveis quando o assunto são as práticas da sustentabilidade, em particular a ambiental. Os sinais emitidos, seja do mercado interno como externo, apontam no sentido de ter segurança sobre a procedência da carne bovina.

Frigoríficos, supermercados e o BNDES se juntaram em torno do objetivo de modernizar o setor de carne no Brasil, mas precisam do apoio dos pecuaristas. O Pão de Açúcar, o Wal-Mart e o Carrefour suspenderam as compras de carne com origem em áreas desmatadas do Pará, com base em um relatório do Greenpeace e acatou recomendação do Ministério Público Federal no Pará.

A curto prazo, a alteração no sistema de Guia de Trânsito Animal (GTA), documento utilizado para transferência de bois entre propriedades e os frigoríficos, para o formato eletrônico, previsto para ocorrer até o fim deste ano, ajudará o consumidor a identificar a origem da peça de carne exposta para a venda.

Cronograma 2009/2010

9 e 10 de novembro de 2009	Encontro Técnico sobre Sustentabilidade na Pecuária (monitoramento, rastreamento, critérios socioambientais mecanismos financeiros) • criação das Comissões Técnicas
Novembro de 2009	Reuniões das Comissões Técnicas
Dezembro de 2009	Reuniões das Comissões Técnicas
27 de janeiro de 2010	Assembleia Geral do GTPS
17 e 18 de março de 2010	Encontro Técnico sobre Princípios e Critérios Socioambientais da Pecuária Bovina
Abril de 2010	Reuniões das Comissões Técnicas
19 e 20 de maio de 2010	Encontro Técnico sobre Princípios e Critérios Socioambientais da Pecuária Bovina
Junho de 2010	Reuniões das Comissões Técnicas
14 e 15 de julho de 2010	Assembleia Geral do GTPS
Agosto e setembro de 2010	Consulta Pública sobre Princípios e Critérios Socioambientais da Pecuária Bovina

CRONOLOGIA

Janeiro

Certificações para exportar à UE

Depois de suspender os embarques da carne bovina brasileira em janeiro do ano passado, a UE passou a certificar as propriedades habilitadas para realizar a operação. No levantamento de dezembro o Brasil tinha 733 propriedades habilitadas. Com isso, as exportações para o bloco, em mil toneladas, caíram de 195,2 para 36,2.

Brasil: propriedades certificadas para exportação à UE

Estado	Propriedades
Minas Gerais	337
Goiás	146
Mato Grosso	120
Rio Grande do Sul	60
São Paulo	33
Paraná	18
Espírito Santo	17
Mato Grosso do Sul	2
Total	733

Fonte: MAPA. Posição: dezembro de 2008.

Fevereiro

Exportação para a União Europeia

Representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária, os inspetores do Escritório de Alimentação e Veterinária da União Europeia (FVO, sigla em inglês) confirmam a qualidade do trabalho



realizado pelo setor, ao implementar as exigências de rastreabilidade e certificação do rebanho e da carne nacionais.

A vinda da missão europeia teve o propósito de verificar o cumprimento das garantias dadas pelo Brasil, na certificação da carne bovina *in natura* exportada ao bloco. Em 12 dias de auditoria, dez inspetores visitaram estados habilitados e não habilitados a exportar carne bovina *in natura* para aquele mercado. O trabalho iniciou-se no órgão central e foi desenvolvido em Estabelecimentos Rurais Aprovados no Sisbov (Eras), frigoríficos, portos, escritórios locais de atenção veterinária e laboratórios.

Atualmente, 814 propriedades estão habilitadas a fornecer bovinos aos estabelecimentos exportadores de carne bovina *in natura* para a UE. Nove estados compõem a área habilitada: Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

A ideia é a de que o bloco aceite bois provenientes das cerca de 3.500 propriedades que fazem parte da base de dados do Sisbov, como ocorria antes de a UE impor restrições ao Brasil, no início de 2008. Em 2007, o Brasil exportou 912 mil toneladas de carne

bovina, no valor de US\$ 4,2 bilhões para a UE. A expectativa é recuperar 50% desse volume até o final do ano.

Março

Balanço da campanha de vacinação de 2008

A Campanha Nacional de Vacinação contra a Febre Aftosa de 2008 imunizou 168.941.722 animais na primeira etapa e 170.492.031 na segunda, atingindo a cobertura de 96,73% e 97,01% respectivamente.

Os bovídeos de Santa Catarina têm o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como livres da doença sem vacinação desde maio de 2007. Atualmente, mais 15 estados e o Distrito Federal fazem parte da zona livre da febre aftosa com vacinação.

Ociosidade industrial

Estimativas não oficiais indicam que a capacidade instalada para abate de animais no Brasil está ao redor de 70 milhões de cabeças por ano. Apesar de a indústria nacional ter crescido

muito nos últimos anos, o rebanho não acompanhou o mesmo ritmo, tanto que no ano passado os abates ficaram pouco acima de 40 milhões de cabeças. A Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) estima que um total de 50 unidades brasileiras estão com os abates paralisados por conta dos reflexos da crise financeira internacional no setor.

Abril

Chile volta a comprar carne do Brasil

Suspensas desde outubro de 2005, quando ocorreram casos de aftosa em Mato Grosso do Sul, o Chile reabriu seu mercado à carne bovina brasileira: 16 plantas nacionais de abate de bovinos brasileiras foram habilitadas a exportar carne *in natura* ao mercado chileno. Antes do embargo, eram 36 plantas habilitadas para exportar. O potencial de vendas é de 100 mil toneladas.

Maior

OIE confirma status do Brasil

Na 77ª Sessão Geral do Comitê Internacional da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) – entidade supranacional criada em 1924, e que reúne hoje 174 nações –, ocorrida em Paris, foi confirmado o status das zonas livres de febre aftosa do Brasil com e sem vacinação.

Em 2007, Santa Catarina foi reconhecido como área livre de febre aftosa sem vacinação. Naquele mesmo ano, a Região Centro-Sul também obteve reconhecimento da OIE, como área livre de aftosa com vacinação. Em maio do ano passado, 11 unidades da Federação retomaram o reconhecimento, vigente até 2005, como áreas livres da doença com vacinação: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal.

Junho

Queda no confinamento

Com falta de crédito e baixa rentabilidade, produtores estimam um recuo de 15% na quantidade de cabeças destinadas ao regime de engorda, na avaliação da Associação Nacional dos Confinadores (Assocon). Os pequenos e médios confinadores do estado não estão seguros quando comparam os custos do gado, do milho e da soja, com os valores futuros do boi na BM&F, enquanto os grandes criadores sofrem com a falta de crédito.

Com isso, o confinamento nacional deve somar 2,5 milhões de cabeças neste ano, tendo a liderança de Goiás, onde a previsão é de 1 milhão de cabeças. Mato Grosso deve reunir 400 mil, vindo a seguir São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Bloqueio a frigoríficos no Pará

Ministério Público Federal (MPF) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) entram na Justiça Federal com ações contra pessoas e empresas acusadas pelo desmatamento, no Pará, de uma área de 157 mil hectares, o equivalente à do município de São Paulo.

As ações pedem a indenização de R\$ 2 bilhões às fazendas dos “bois do desmatamento” e aos frigoríficos que compravam gado dessas áreas. Paralelamente ao ajuizamento das ações, o MPF encaminhou a 69 empresas clientes desses frigoríficos as recomendações de evitar o incentivo à cadeia produtiva que provoca o desmatamento da Amazônia.

Julho

Termo de Ajuste de Conduta (TAC)

O governo do Pará e frigoríficos acusados de colaborar para o desmatamento entram em concordância com o MPF, com a adoção de medidas para evitar a compra de produtos fornecidos por fazendas que cometem irregularidades socioambientais e agilizar os programas estaduais de modernização da pecuária. As soluções deverão garantir segurança jurídica para a atividade, assim como agregar valor aos produtos.

O acordo prevê que os frigoríficos passarão a exigir dos fornecedores a moratória total do desmatamento, o reflorestamento de áreas degradadas e o licenciamento ambiental. Também irão informar a origem da carne aos consumidores e ao MPF, que vai checar se existem trabalho escravo, crimes ambientais e grilagem.

No termo entre o governo e o MPF estão medidas como a implantação de cadastro informatizado de propriedades rurais e da Guia de Trânsito Animal Eletrônica no prazo de um ano e o investimento de até R\$ 5 milhões por ano para contratação de auditoria que vai avaliar o cumprimento do disposto nos TACs assinados pelos frigoríficos.

Rússia voltará a importar

A Rússia suspendeu a proibição para importar carne e subprodutos crus bovinos de todo o território brasileiro, com exceção de três municípios, informou o Serviço de Controle Veterinário e Fitossanitário russo.

A restrição continuará para as empresas de carne bovina de três municípios do Tocantins: Paranã, Jaú e Pedro Afonso. Apesar de certa diminuição de suas vendas, o Brasil continua como o principal fornecedor de carne bovina aos russos: em 2008, exportou 386,6 mil toneladas, 50,3% das importações russas.

Novas regras aos frigoríficos

Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o apoio ao setor ficará condicionado, a partir de 2010, aos frigoríficos:

- Aderir ao sistema de rastreabilidade da cadeia produtiva de bovinos;
- Apresentar plano de desenvolvimento socioambiental;
- Adquirir matéria-prima de pecuaristas em conformidade com as regras de sustentabilidade vigentes no País.

Todo o rebanho dos fornecedores de um frigorífico apoiados pelo banco deverá ser rastreado desde o nascimento a partir de 2016. O cronograma para a implantação do sistema de rastreabilidade começa em meados de 2010.

Cronograma para implantação da rastreabilidade bovina (gado com rastreabilidade abatido, em %)

	Idade do gado (meses)							
	6	12	18	24	30	36	42	48
2º/2010	25	-	-	-	-	-	-	-
1º/2011	50	25	-	-	-	-	-	-
2º/2011	75	50	25	-	-	-	-	-
1º/2012	100	75	50	25	-	-	-	-
2º/2012	100	100	75	50	25	-	-	-
1º/2013	100	100	100	75	50	25	-	-
2º/2013	100	100	100	100	75	50	25	-
1º/2014	100	100	100	100	100	75	50	25
2º/2014	100	100	100	100	100	100	75	50
1º/2015	100	100	100	100	100	100	100	75
2º/2015	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: BNDES

Por meio de convênio de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ibama, o BNDES exigirá dos frigoríficos a verificação da regularidade socioambiental dos seus fornecedores diretos.

Para ter acesso a crédito, as empresas terão de comprar gado de fazendas fora de áreas embargadas pelo Ibama, com licenciamento ambiental e regularidade fundiária, sem constar da “lista suja” do Ministério do Trabalho e de condenação por invasão de terras indígenas, violência agrária, grilagem de terra ou desmatamento ilegal.

Os frigoríficos terão de apresentar planos de metas e cronogramas para a implementação em suas unidades industriais de certificações socioambientais como ISO 14000 (gestão ambiental), SA 8000 e NBR 16001 (responsabilidade social) e OHSAS 18000 (saúde e segurança no trabalho), além de melhorias dos indicadores de efluentes líquidos e resíduos sólidos. O seu cumprimento será verificado por auditoria independente.

BNDES: investimentos em frigoríficos

Frigorífico	Participação acionária		Outros Financiamentos R\$
	Valor – R\$	Participação %	
Bertin	2,4 bilhões	27,0%	591,0
JBS	1,4 bilhão	13,0%	209,6
Marfrig	818 milhões	14,7%	110,0
Independência	250 milhões	13,9%	31,0

Fonte: O Estado de S.Paulo, de 17/09/2009

Algumas das medidas exclusivas para os frigoríficos estão incluídas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em julho pelo BNDES e o Ministério Público Federal (MPF),

por conta de denúncias de desmatamento ilegal por parte de fornecedores dessas empresas no Pará.

Agosto

Aumento da Cota Hilton

O Brasil já iniciou as negociações para aumentar em 9% o volume de carne bovina dentro da Cota Hilton, determinada pela UE para cortes de maior valor agregado. O adicional de 900 toneladas aumentaria a oferta dos frigoríficos brasileiros para 10,9 mil toneladas no ano-cota 2010/11 (1º de julho a 31 de junho do ano seguinte). O pedido para ampliar a fatia brasileira se baseia na entrada da Croácia no bloco europeu e deve seguir os mesmos critérios adotados quando a Bulgária e a Romênia foram integrados e deram ao Brasil uma cota adicional de Hilton de 5 mil toneladas.

A carne brasileira exportada na cota paga uma tarifa de 20% sobre o valor. Para o produto fora da cota, a tarifa cobrada é menor – de 12,8% –, mas o exportador paga um adicional de 3.041 euros por tonelada. Por exemplo, 1 tonelada exportada na cota a US\$ 15 mil recolhe imposto de US\$ 3 mil. Na operação fora da cota, a tonelada paga US\$ 1.920 de imposto mais US\$ 4.377 (3.041 euros).

Embora tentem elevar a cota para o próximo ano, a expectativa dos frigoríficos é de que atendam, no máximo, a 6 mil toneladas. A baixa disponibilidade de fazendas habilitadas (1.329 unidades) a exportar para a Europa limita a oferta de animais. No ano-cota 2008-2009 foi cumprido apenas 25% da cota até então era de 5 mil toneladas.

Setembro

Queda no confinamento

Com menor oferta de gado confinado e contratos de exportação a cumprir, os preços pagãos pelos frigoríficos podem sofrer reflexo, a expectativa de aumento de preços do boi gordo, durante a entressafra

A expectativa da Assocon tem como base o 3º Levantamento Anual sobre Intenção de confinamento para 2009, que revelou inversão nas projeções feitas para o confinamento este ano, com queda de 19,5% no rebanho confinado para 379,3 mil cabeças. A entidade ouviu 47 associados com confinamento em Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais e no Paraná.

Outubro

Abate reverte queda

O volume de abate de bovinos cresceu no segundo trimestre em relação ao anterior, mas caiu na comparação com o mesmo período de 2008, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A melhora entre o primeiro e o segundo trimestres deste ano pode representar, segundo análise do instituto, o início de uma reversão de ritmo de baixa do setor. Com o avanço, foi interrompida a série ininterrupta de declínios, iniciada no terceiro trimestre de 2008.

Brasil: abate de bovinos

Trimestre	2007	2008	2009
1°	7.957	7.239	6.446
2°	7.744	7.576	6.844
3°	7.625	7.141	
4°	7.386	6.678	

Fonte: IBGE

Pacto Ambiental

JBS-Friboi, Bertin, Marfrig e Minerva – as quatro maiores empresas brasileiras de abate e processamento de carne e couro – assinam com o Greenpeace o compromisso público de não aceitar gado de fornecedores envolvidos com o desmatamento da Amazônia.

Em junho, o Greenpeace divulgou o relatório *Farra do Boi na Amazônia*, que acusava a indústria da pecuária como a principal responsável pelo desmatamento no Bioma Amazônico. No mesmo dia da publicação do relatório, em junho, o Ministério Público entrou com ação pública contra a criação e compra de gado da região. As empresas, aos poucos, assumiram, uma a uma, o compromisso de boicotar a compra de carne de áreas devastadas e as grandes redes de varejo seguiram o mesmo caminho.

A meta de Mato Grosso é ter 100% das propriedades rurais cadastradas no programa de licenciamento ambiental no prazo de um ano. Para tanto, na Conferência do Clima de Copenhague, em dezembro próximo, será proposto que os produtores rurais sejam remunerados por não explorar os 20% de suas propriedades, cujo desmatamento é autorizado pela legislação atual.

A Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat) estima que das 26 milhões de cabeças que formam o rebanho do estado, cerca de 10 milhões estariam em área de desmatamento ilegal. O estado fornecerá aos frigoríficos um sistema de monitoramento por satélite para acompanhar a área utilizada para pecuária na Amazônia.

Os frigoríficos adotaram prazos para o cadastro das fazendas fornecedoras e o monitoramento do desmatamento ao longo da cadeia produtiva. Para aqueles que não cumprirem o compromisso não está prevista nenhuma penalidade.

Sisbov para a CNA

Por meio de acordo com o Ministério da Agricultura, que investirá R\$ 12 milhões para desenvolver sistemas de tecnologia, baseados na Guia de Trânsito Animal (GTA) eletrônica, a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) assume o papel de auditoria privada no sistema de rastreamento do gado, conhecido como o Sisbov.

A CNA dividirá o acesso ao banco de dados das criações nas propriedades com o governo. A nova instrução normativa sobre a rastreabilidade deve entrar em consulta pública até o fim deste mês por um período de 30 dias.

MERCADO DE BOI EM PÉ

O Pará começou a exportar boi vivo em 2003. De 2004 a 2006 houve um crescimento acelerado de comercialização externa, sem obrigação de impostos e com preços vantajosos para os pecuaristas. O grande salto da comercialização ocorreu em 2007. Como a exportação paraense representa mais de 95% dessas operações, também os números nacionais de boi vivo tiveram um desempenho excepcional de 2002 a 2007.

Essa trajetória ascendente foi interrompida em 2008, com queda nas exportações associadas a fatores de embarque e de preço.

No Pará, por questões ambientais, ficou proibido o embarque de boi vivo no Porto de Belém. A solução foi o embarque de bovinos vivos pelo Porto de Vila do Conde, em Barcerana, a 40 quilômetros.

Por sua vez, a taxa de R\$ 23,00 por cabeça exportada do Certificado de Embarque de Bovídeos para o Exterior, criada pela Lei 7.076, de 27 de dezembro de 2007, onerou os embarques. Os exportadores depositam os valores em juízo, enquanto a questão aguarda decisão judicial.

Além da desvalorização do dólar diante do real, somam-se a essas questões o aumento do preço do:

- Boi no mercado interno, superior a 70%, em 2008;
- Barril de petróleo, com encarecimento do frete marítimo acima de 30%.

A proximidade com a Venezuela, o principal comprador, contribui para o Pará concentrar as exportações de gado vivo do País. Com pouca oferta de animais para abate, o governo local estimula a indústria, para o desenvolvimento econômico e a geração de empregos. O Líbano é outro cliente brasileiro, que por princípios religiosos (Hallal Meat) é um mercado aberto. Angola, em processo de reconstrução, também é um importador. O Egito é um importador recente.

Brasil: exportação de boi em pé – 2008

Estado	Quantidade
Pará	382.191
Mato Grosso do Sul	697
Rio Grande do Sul	15.932
São Paulo	21

Fonte: MDIC

Principal exportador mundial de carne bovina em volume, o Brasil aparece como o quarto maior vendedor de gado vivo a outros países, de acordo com o Departamento de Agricultura dos EUA. É superado pelos países que fornecem bovinos para engorda para os Estados Unidos – Canadá e México (primeiro e terceiro do *ranking*) – e pela Austrália (a segunda), que atende ao Sudeste Asiático.

Parece um tanto prematuro concluir que o freio no crescimento acelerado das exportações de boi vivo em 2008 seja um

sinal de esgotamento desta modalidade. Desde 2006, a indústria enfrenta problemas com a redução de rezes disponíveis para abate. Neste ano, como estão capacidade ociosa elevada, os frigoríficos paraenses sofrem pressão de custos de produção, com aumento de desemprego no setor e retração de investimentos.

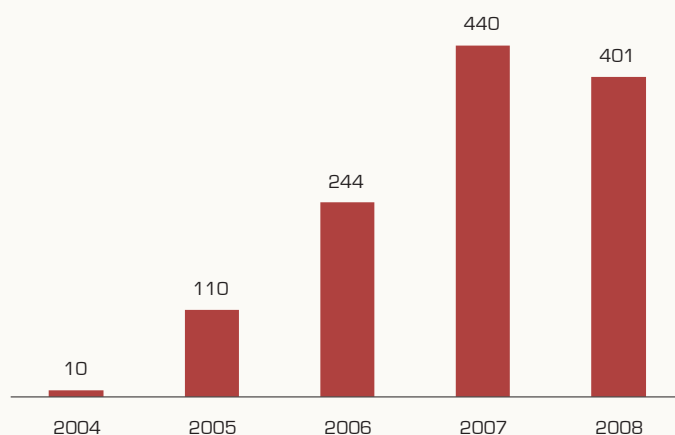
A Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) e a Associação dos Criadores de Nelore do Brasil (ACNB), há mais de um ano, decidiram promover a manutenção e abertura de novos mercados para exportação de gado em pé, com duas ações. A primeira, por meio da mobilização da classe de produtores em torno do assunto. A segunda é a busca de apoio dos representantes dos produtores no Congresso Nacional. Recentemente, as indústrias frigoríficas e do couro encaminharam à Receita Federal proposta de sobretaxa para exportação de animais vivos.

Na cadeia produtiva da pecuária de corte, as posições divergem sobre as exportações de boi em pé. Os frigoríficos se alinham em torno da estratégia de agregar valor, na busca do novos nichos, com a oferta ao consumidor de produtos mais elaborados, e não de peças inteiras. Já os pecuaristas consideram uma alternativa de comercialização, principalmente diante do processo de concentração em curso no mercado industrial, que contrairá a margem de comercialização do boi. A expectativa é de uma maior demanda por proteína pelos países em desenvolvimento.

O mercado mundial de boi em pé movimenta anualmente US\$ 2 bilhões, dos quais o Brasil participa com 13%. As vendas de animal vivo representam 0,26% do rebanho nacional e 1,02% dos abates do País.

O cenário de 2009 é bem mais favorável quando comparado ao de 2008. Se o real segue com força no processo de valorização ante o dólar, os preços do boi e do petróleo recuaram. A exportação de boi vivo atende a um segmento específico. Há países que importam dessa maneira por motivos culturais, religiosos ou políticos. É uma exportação complementar para a pecuária brasileira.

Brasil: exportação de boi em pé (mil cabeças)



Fonte: MDIC

PANORAMA MUNDIAL

O Brasil tem o segundo maior rebanho mundial de pecuária bovina, sendo superado apenas pela Índia, que não a utiliza para fins comerciais.

Apesar de ter taxas produtivas (abate e produção de bezerros) inferiores às de seus maiores concorrentes, a maior quantidade de carne exportada é a brasileira, já que, em termos financeiros, a primeira do *ranking* é a Austrália.

O relatório de outubro sobre o balanço da carne mundial para 2010, em termos de produção, consumo, exportação e importação, mostra algumas tendências interessantes, para efeito de análise e discussão.

A produção mundial deverá ficar praticamente estabilizada, com leve tendência de baixa. O maior aumento na produção acontecerá no Brasil, assim mesmo com somente 3,9%. Nos outros países as variações não são significativas. O ciclo brasileiro é de recomposição do plantel, ao contrário do dos outros países.

Quando são analisadas as estatísticas referentes à importação, a tendência é de crescer 3,9%. Os principais países importadores perderão participação. Os mercados do Japão e dos Estados Unidos continuarão sem reação. A Rússia poderá aumentar as compras, mas ficará longe dos níveis de antes de 2009. O resultado não é pior porque são esperadas maiores aquisições por parte dos países em desenvolvimento.

O consumo de carne bovina diminui na China e cresce muito pouco no Japão. Os Estados Unidos, o Canadá e o México, no conjunto, permanecem equilibrados. A UE volta a reduzir, enquanto a Rússia aumenta. Brasil cresce e a Argentina diminui.

Apesar da baixa no consumo registrada em alguns países, cabe levar em conta o aumento populacional e o consequente aumento da demanda total por carne bovina no mercado mundial. A crise econômica global que eclodiu no segundo semestre de 2008, e cujos efeitos persistirão por alguns anos, afeta a renda da família e limita uma expansão mais forte no consumo de proteína animal.

Como produzirão menos carne, os países dependerão mais do comércio internacional. Para o Brasil, responsável por um quarto do total de comércio, isso ajuda a se manter no posto hegemônico nas exportações mundiais de carne bovina.

As maiores vantagens nacionais estão concentradas principalmente em relação à expansão vertical, com espaço enorme para incremento da produtividade. As pressões ambientais abrem oportunidades para tecnologias como a do sistema de integração pecuária, lavoura e floresta. O crescimento horizontal, baseado em terras não exploradas tende a ser menor.

Governo e a iniciativa privada deverão despender muitos esforços para garantir os controles da segurança sanitária e certificação de qualidade de origem (rastreadibilidade) do rebanho. A implantação de medidas para evitar, combater e erradicar doenças como EEB, febre aftosa, brucelose, tuberculose, dentre outras, terão de ser efetivas e imediatas para minimizar o risco de ser um problema político e econômico.

A tônica na produção de alimentos passa pelas normas de boas práticas de produção e de gestão ambiental, sendo que, de acordo com as tendências do mercado mundial de carne bovina, as novas barreiras comerciais passam por:

- Produtos com manejo ambiental correto;
- Práticas de bem-estar animal;
- Responsabilidade social;
- Certificação de origem.

Menor demanda evita desequilíbrio

Apesar dos problemas climáticos e financeiros a ser enfrentados pelos principais países fornecedores, os prognósticos ainda são precoces para desenhar um quadro dramático de desequilíbrio a curto prazo no fluxo mundial de carne bovina. Apesar dos sinais serem de amenização da crise econômica, a recuperação da demanda no caso da bovina é um processo mais lento. Isso compensa a queda na produção.

Líder mundial em receita com exportações até 2006, a produtividade australiana padece com as constantes secas. Já a notória líder mundial na década de 60, com exportação superior a 700 mil toneladas, a Argentina não somente diminui sua participação no mercado, como está ameaçada de importar carne bovina nos próximos anos. Dois fatores pesam no seu sistema produtivo: a intervenção do governo e a forte seca vivida pelo país.

O Uruguai, outro importante participante do mercado mundial, também convive com secas e deve sofrer as consequências nos próximos dois anos. Com atuação pequena na exportação, o Paraguai teve um período de seca, embora menos grave do que a Argentina e o Uruguai.

Esse quadro abre para o Brasil enormes chances para avançar no fornecimento mundial de carne bovina. Essa tendência dependerá da velocidade de reestruturação da rede de frigoríficos em algumas das principais regiões produtoras do País. A Rússia, o México, o Vietnã e o Egito, compradores de um quarto da carne mundial, continuarão a se destacar entre os importadores. Para atender a essa demanda, abre-se espaço para as exportações brasileiras aumentarem em 20%.

Argentina: dura crise

Com grande ajuste na pecuária e maiores consumidores mundiais de carne bovina, não será surpresa se a Argentina importar carne nos próximos anos, fato que não ocorre há mais de um século. De 2005 até agora, no *ranking* de exportação, o país caiu de terceiro para sétimo, enquanto o rebanho encolhe.

Argentina: tamanho do rebanho (milhões de cabeças)

Ano	2008	2009	2010
Milhões de cabeças	55,66	54,76	47,9

Fonte: Federação Agrária Argentina

A forte demanda internacional por alimentos abocanhava nos últimos anos uma parcela crescente da produção. Em 2006, a venda de carne da Argentina ao exterior cresceu 22%, enquanto o consumo interno caiu 3%. Preocupado, desde março de 2006, o governo limita as exportações para conter os preços internos. Sem rentabilidade, muitos criadores abandonaram a atividade.

A fase de clima ruim começou no início de 2008 e avançou por 2009. Em importantes áreas produtoras, o volume de chuva recuou a 40% da média histórica, insuficiente para sustentar as plantações e os rebanhos.

Atualmente, para vender ao exterior, o produtor argentino de carne, milho ou trigo precisa solicitar autorização. A restrição às exportações derrubou a produção e pode prejudicar o consumidor.

Na temporada 2008/09 para preencher a cota Hilton, de 28 mil toneladas totais, os cortes de carne exportados à União Europeia (UE) tiveram uma aceleração de permissões da Oficina Nacional de Controle Comercial Agropecuário (Oncca)

A atividade migra da região dos Pampas, que abarca as províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba e La Pampa, que são as terras mais férteis e de maior potencial agrícola para o Norte e Nordeste do país, com terras mais secas e de baixa produtividade. Paralelamente, grandes frigoríficos, como os brasileiros JBS e Marfrig, entram a atividade de confinamento do gado. À medida que a pecuária argentina produz em campos não aptos para a agricultura, a engorda fechada em esquema de alimentação por grãos é o caminho, dizem os especialistas.

O confinamento de gado tende a se expandir, mas com características diferenciadas em relação à de outros países produtores. A participação desse sistema na produção dobrou de 5% para 10% nos últimos dez anos. Neste período, apesar de mais de 10 milhões de hectares de pastagens tenham sido substituídos pela agricultura, o tamanho do rebanho não teve forte queda. A discussão técnica é sobre a quantidade de animais possível num modelo de alta produtividade.

Austrália: queda no rebanho

As exportações de carne bovina da Austrália atingiram níveis recordes em 2008, com excelentes vendas para os mercados emergentes, como a Rússia, que compensaram os declínios em importantes mercados, como o Japão e os Estados Unidos. Trata-se do segundo maior exportador mundial, atrás do Brasil. Em 2008, suas vendas atingiram o recorde de 5,06 bilhões de dólares australianos (US\$ 4,6 bilhões americanos).

A Austrália, que exporta dois terços da sua produção, tem produtos com mais valor agregado, em função da percepção de qualidade. Com isso, consegue ter acesso a melhores mercados em termos de preços, como é o caso do Japão, da Coreia do Sul e dos Estados Unidos. Esses países estão fechados para a carne *in natura brasileira*, pois só negociam com fornecedores livres de febre aftosa sem vacinação (barreira sanitária).

Em volume, a vantagem brasileira em comparação ao segundo exportador do *ranking*, a Austrália, é enorme. Mas, em faturamento, é relativamente modesta. Os esforços devem continuar no sentido da abertura de mercados, melhor qualidade e promoção da carne brasileira no exterior.

Uma queda acentuada nos embarques do Brasil, maior exportador mundial, esteve basicamente por trás do aumento da demanda pela carne australiana por parte da Rússia, do Sudeste Asiático e da União Européia. A carne bovina australiana também é popular no Sudeste Asiático.

O Japão continua como o principal mercado, ainda que os embarques não estejam firmes, em razão da disponibilidade reduzida de ração animal na Austrália, devido à estiagem que afeta o país desde 2002. Já as exportações australianas para os Estados Unidos melhoraram seu desempenho neste ano, cresceram 25% de janeiro a outubro, devido ao enfraquecimento do dólar australiano.

União Europeia

A exigência da rastreabilidade dificulta as exportações de carne para o cobiçado mercado europeu. Na temporada 2008/09, o

Brasil usou apenas 25% do volume possível da Cota Hilton (2). Para aproveitar a nova cota, que desde o dia 1º de julho dobrou e passou a ser de 10 mil toneladas, os embarques terão de aumentar em 715% no segundo semestre.

A cadeia produtiva da carne bovina brasileira está preocupada com o acesso à UE. A demora na liberação de fazendas habilitadas a exportar para o bloco é um dos principais problemas. Deixar de produzir um animal habilitado para a Europa significa perder um prêmio que varia de 6% a 8% sobre o valor da arroba.

UE: importação de carne *in natura* do Brasil

Ano	Mil toneladas	US\$ milhões
2000	104	338
2001	125	341
2002	128	353
2003	163	498
2004	224	890
2005	295	914
2006	314	1.160
2007	195	1.087
2008	36	271

Fonte: Secex/MDIC

Capacitação.

Acreditar no potencial das pessoas é melhorar o País.

Milhões de brasileiros já perceberam que as cooperativas de crédito são uma alternativa acessível, ágil e vantajosa. Por isso, apoiar esses empreendimentos é essencial para o desenvolvimento socioeconômico.

Com o Projeto OCB/DGRV Norte Nordeste, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) capacitou, junto com a Confederação Alemã de Cooperativas (DGRV), mais de 2 mil dirigentes, gerentes e colaboradores de cooperativas de crédito dessas regiões.

O resultado? Uma melhoria significativa nos processos de gestão e governança das organizações participantes.

Para mais informações sobre este projeto, acesse o Portal Brasil Cooperativo ou envie e-mail para gerencia.mercado@ocb.coop.br.



Projeto
OCB/DGRV
Norte
Nordeste

Governança e gestão
nas cooperativas
de crédito



Balanço mundial da carne bovina (outubro de 2009)

Produção	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estados Unidos	11.318	11.980	12.096	12.163	11.816	11.631
Brasil	8.592	9.025	9.303	9.024	8.935	9.290
UE-27	8.090	8.150	8.188	8.090	8.000	7.950
China	5.681	5.767	6.134	6.132	5.764	5.530
Argentina	3.200	3.100	3.300	3.150	3.200	2.800
Índia	2.250	2.375	2.413	2.525	2.660	2.795
Austrália	2.102	2.183	2.172	2.159	2.100	2.075
México	1.725	1.550	1.600	1.600	1.625	1.630
Canadá	1.470	1.329	1.278	1.288	1.300	1.275
Rússia	1.525	1.430	1.370	1.315	1.280	1.265
Paquistão	1.005	1.057	1.113	1.168	1.226	1.250
Outros	9.325	9.590	9.392	9.436	8.876	8.914
Total	56.283	57.536	58.359	58.050	56.782	56.205

Importação						
Estados Unidos	1.632	1.399	1.384	1.151	1.254	1.304
Rússia	978	939	1.030	1.137	700	780
Japão	686	678	686	659	672	678
UE-27	711	717	642	465	470	490
México	335	383	403	408	300	335
Vietnã	20	29	90	200	250	300
Coreia do Sul	250	298	308	295	290	295
Canadá	151	180	242	230	270	290
Egito	215	313	361	195	150	175
Chile	299	124	151	129	145	155
Hong Kong	88	89	90	118	145	155
Outros	1.428	1.687	1.840	1.941	1.793	1.700
Total	6.793	6.836	7.227	6.928	6.439	6.657

Exportação						
Brasil	1845	2084	2.189	1.801	1.555	1.870
Estados Unidos	316	519	650	856	785	837
Austrália	1388	1430	1.400	1.407	1.390	1.350
Índia	617	681	678	672	675	700
Nova Zelândia	577	530	496	533	525	517
Canadá	596	477	457	494	475	490
Argentina	754	552	534	422	560	390
Uruguai	417	460	385	361	310	360
Paraguai	193	240	206	233	210	230
UE-27	253	218	140	203	160	160
Nicarágua	59	68	83	89	90	95
Outros	300	244	353	419	375	207
Total	7.315	7.503	7.571	7.490	7.110	7.206

Consumo						
EUA	12.664	12.833	12.829	12.452	12.310	12.158
UE-27	8.550	8.649	8.690	8.352	8.310	8.280
China	5.614	5.692	6.065	6.080	5.751	5.530
Argentina	2.451	2.553	2.771	2.732	2.642	2.420
Índia	1.633	1.694	1.735	1.853	1.985	2.095
Rússia	2.492	2.361	2.392	2.441	1.968	2.033
México	2.028	1.894	1.961	1.966	1.880	1.920
Paquistão	1.009	1.090	1.132	1.174	1.232	1.256
Japão	1.188	1.159	1.182	1.174	1.189	1.195
Canadá	1.026	1.023	1.068	1.034	1.080	1.090
Outros	17.177	17.856	18.122	18.192	17.769	17.995
Total	55.832	56.804	57.947	57.450	56.116	55.972

Pelas projeções dos frigoríficos, seriam necessárias pelo menos cinco mil propriedades para que o volume exportado ao bloco retorne no volume de 2006. De acordo com dados oficiais da UE, 1,33 mil fazendas estão habilitadas a exportar em agosto último.

Em outubro último, para aumentar as exportações de carne bovina à Europa, os frigoríficos brasileiros formalizam na Comissão Europeia, em Bruxelas, um pedido de equiparação com as regras fixadas pelos europeus para a compra do produto dos EUA.

Recente decisão da UE autorizou importação de carne de confinamento dos EUA no prazo de 100 dias. No caso do Brasil, os europeus exigem que os frigoríficos comprem gado apenas de fazendas que adotam uma “quarentena” de 90 dias. Como a regra não inclui a criação intensiva em confinamento, a indústria precisa comprovar operiódio mínimo de permanência na última propriedade.

Estados Unidos: rebanho menor

Com aumento nas importações de carne bovina, os EUA contam com grandes ofertas de carne bovina processada, oriundas dos abates de gado leiteiro e das importações da Oceania. Apesar de estar com a produção em queda, o Canadá é maior fornecedor externo, principalmente de *trimmings* (retalhos de carne).

A prolongada crise econômica global e os baixos preços domésticos das carnes bovina nos principais mercados de exportação explicam, de um modo geral, a queda nas exportações dos Estados Unidos.

O principal destino da carne bovina dos EUA, o México, está em processo de recuperação econômica, com queda nas importações. No Canadá, o segundo, ocorre a mesma coisa. Entre os principais mercados de exportação de carne bovina dos EUA (cortes de músculo e miúdos), o mercado japonês, terceiro em valor e quarto em volume, apresenta bom resultado. Mas, o maior crescimento acontece na região da Associação das Nações do Sudeste da Ásia (Asean).

Os abates comerciais de bovinos de corte perdem ritmo e a produção cai. Os criadores não mostram disposição em aumentar os rebanhos, retendo novilhas de reposição. A compensação vem dos abates crescentes de gado leiteiro, como resultado de liquidações em resposta ao baixo retorno, devido ao programa Cooperatives Working Together (CWT), que promove abates de rebanhos leiteiros visando a aumentar o preço do leite.

De acordo com a Meat and Livestock Austrália (MLA), o rebanho bovino continua o movimento de encolhimento. A quantidade de matrizes deve diminuir 1%, o equivalente a 400 mil cabeças, para chegar a 31,3 milhões de cabeças. Essa tendência somente deverá ser revertida em 2012. Como o peso médio das carcaças deve aumentar, haverá uma compensação na intensidade da queda de produção.

CADASTRO DE COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL

Os pecuaristas como classe – embora tendo uma elite que adota uma tecnologia de ponta –, ainda precisam de auxílio para atender às demandas socioambientais impostas pelo mercado, abandonando velhas práticas não sustentáveis.

Se, de um lado, as demandas socioambientais sinalizam uma tomada de consciência da sociedade, de outro é a expressão da necessidade de “pagar para preservar”.

Dessa forma, a Aliança da Terra busca viabilizar um novo desenvolvimento sustentável para o País, em particular para a Amazônia, unindo produção, proteção ambiental e justiça social. Para alcançar esse objetivo com sucesso em um país de grandes extensões, é necessário, entre outras medidas, criar um instrumento que permita identificar e quantificar a realidade produtiva, ambiental e social das propriedades brasileiras e, a partir daí, traçar metas individuais em busca das melhorias necessárias para que, coletivamente, se alcance uma produção social e ambientalmente sustentável.

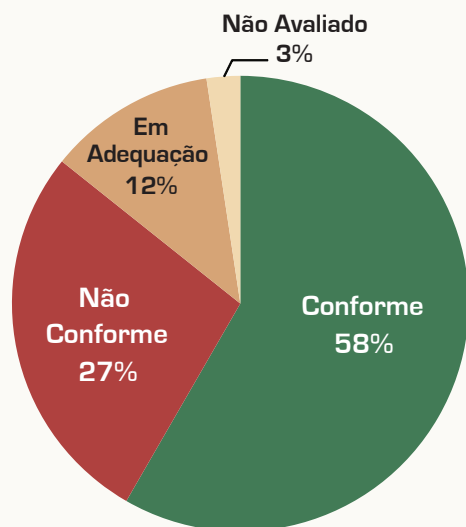
A Aliança da Terra é uma organização não governamental fundada em 2004, com o objetivo de unir produção e conservação ambiental. Tem como principal projeto o Cadastro de Compromisso Socioambiental – CCS, um sistema de apoio ao produtor rural que está disposto a implantar na sua propriedade uma nova gestão socioambiental, em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – Ipam.

A adesão ao CCS é voluntária, e o primeiro passo consiste em uma visita técnica à propriedade para levantamento de dados relacionados às questões sociais e ambientais, a fim de



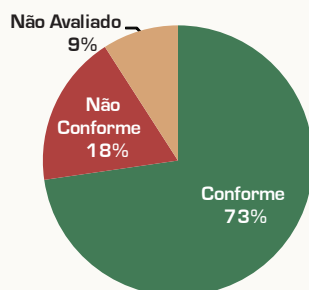
Adequação socioambiental das propriedades do CCS

GERAL (84 CAS AVALIADOS)



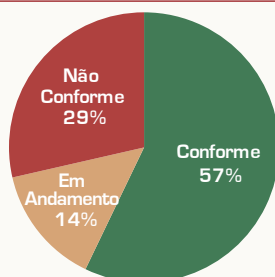
SOCIAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

Registro de funcionários conforme CLT;
Matrícula das crianças na escola;
Fornecimento e monitoramento quanto ao uso de EPIs;
Estrutura adequada de moradia para os funcionários



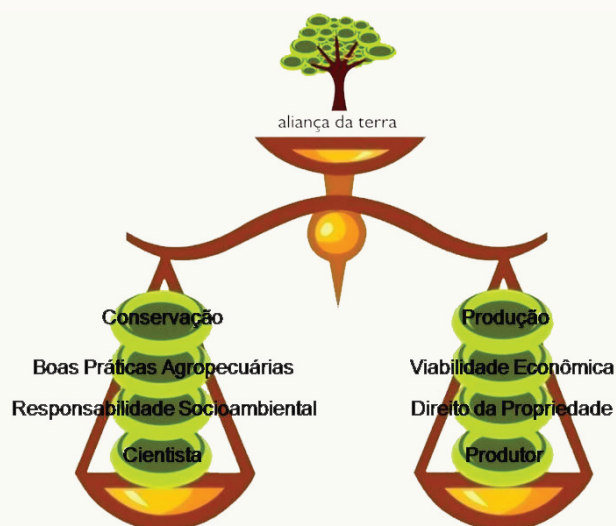
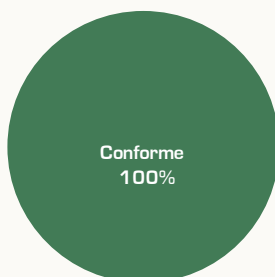
REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E FUNDIÁRIA

Georreferenciamento da propriedade conforme solicitação pelo INCRA
Licenciamento ambiental
Obtenção do título definitivo da área



RESÍDUOS

Disposição adequada dos resíduos sólidos
Devolução das embalagens vazias de defensivos agrícolas às centrais de recebimento
Adequação dos pontos de armazenamento de combustível e lava-jato



elaborar um diagnóstico socioambiental em que são identificados, localizados e quantificados os passivos e ativos socioambientais encontrados.

Dentre os pontos abordados no diagnóstico estão: qualidade de água dos recursos hídricos e da utilizada para consumo humano, conservação do solo, estado de conservação das áreas de preservação permanente, proteção dos remanescentes florestais, condições sociais dos funcionários, o uso do fogo e gestão dos resíduos.

Com o diagnóstico socioambiental elaborado, é preenchido o Compromisso de Adequação Socioambiental – CAS, documento em que são traçadas metas para manter os pontos positivos e para adequar os pontos considerados como “a ser resolvidos”. O produtor deve informar no CAS as ações que serão desenvolvidas na propriedade. Anualmente, a Aliança da Terra e o Ipam fazem revisitas às propriedades para avaliar o cumprimento do CAS e, consequentemente, a evolução socioambiental de cada propriedade.

No período de 14 de Setembro a 17 de Outubro de 2009 foram realizadas revisitas em 23 propriedades localizadas no nordeste do Mato Grosso (região conhecida como “Xingu”), nos municípios compreendidos entre Água Boa e São José do Xingu. Foram avaliados 84 compromissos (média de 3,6 por propriedade) relacionados a adequação socioambiental, onde verificou-se conformidade em 58% deles. Além disso, outros 12% estavam em processo de adequação no ato da visita.

Apostando no tripé da sustentabilidade (social, ambiental e econômica), a Aliança da Terra está presente em oito estados brasileiros, e busca proteger e recuperar milhares de hectares de áreas de vegetação nativa por meio da união e a proatividade do setor produtivo. Busca mostrar ao Brasil e ao mundo que é possível manter a conservação da biodiversidade e das funções ecológicas dos ecossistemas nativos aliada à produção de alimentos e garantir que o País siga produzindo certo!

Questões pendentes

Área, produtividade e meio ambiente

Claudio A. Spadotto*

O GRANDE desafio para os gestores públicos e privados está em conciliar as demandas das cadeias produtivas do agronegócio com as necessidades de conservação dos recursos naturais, juntamente com as exigências de preservação dos ecossistemas e da qualidade ambiental.

Apesar de contar com terras agricultáveis, parte delas está em Unidades de Conservação e em reservas indígenas, conforme mostra levantamento da Embrapa Monitoramento por Satélite, distribuídas por todo o país.

Pela legislação brasileira, cada propriedade deve destinar parte de sua área à Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (APPs). No caso da Reserva Legal, cada região possui uma parcela pré-determinada. Já o cálculo das Áreas de Preservação Permanente é mais complexo e depende das condições de relevo e hidrografia.

Como o incremento e manutenção da produção agrícola no País não devem estar baseados somente na expansão das áreas ocupadas com agricultura, é necessário aumento de produtividade. Isso posto, cabe a pergunta: é possível obter

Áreas de APPs

Região	%
Bioma Amazônia	19
Cerrado	12
Caatinga	7
Mata Atlântica	16
Pampa	12
Pantanal	96

Fonte: Embrapa Monitoramento por Satélite.

índices de produtividade nas lavouras que compensem a limitação de área disponível para a agricultura, sem comprometer a viabilidade das propriedades rurais?

A resposta é não. Com base no levantamento da Conab para a safra 2008/09, o aumento de produtividade média das lavouras, para conseguir manter a produção sob as restrições de área mencionadas acima, teria de ser considerável.

Aumento de Produtividade Necessário para Manter Produção Respeitando Legislação Ambiental

Região	%
Cerrado na Amazônia Legal	76
Cerrado fora da Amazônia Legal	43
Caatinga	35
Mata Atlântica	49
Pampa	43

Há ainda outro questionamento: o aumento de produtividade necessário para respeitar as áreas de APPs e Reserva Legal traria outros problemas ao meio ambien-

te? Para a dimensão territorial do Brasil, com diversidade de situações, complexidade dos sistemas socioeconômicos e os processos de uso e ocupação das terras, a resposta não é simples.

Contudo, uma visão integradora das várias dimensões da sustentabilidade pode fornecer respostas coerentes com a realidade da agricultura brasileira. Com este propósito a Embrapa Monitoramento por Satélite desenvolve novos projetos e novas técnicas de monitoramento da agricultura para:

- Identificação e localização atual e potencial das culturas agrícolas;
- Simulação dos impactos locais e regionais de novos investimentos na agricultura;
- Zoneamentos de aptidão de uso das terras para culturas agrícolas;
- Otimização da localização espacial de agroindústrias;
- Sistemas de gestão territorial municipal para apoiar prefeituras na negociação da implantação de projetos dessa natureza em seus territórios.

A evolução da infraestrutura, a mobilidade dos agentes econômicos, bem como das políticas públicas e privadas na área econômica e ambiental, podem acelerar ou frear determinados processos de ocupação e uso territoriais. Para tanto, sistemas baseados no monitoramento por satélites e em geotecnologias vêm sendo desenvolvidos e aplicados, como o monitoramento orbital das queimadas agrícolas, o acompanhamento da dinâmica da pequena agricultura na Amazônia, os estudos sobre a expansão da soja no Nordeste e na Amazônia e o sistema de gestão territorial da faixa de fronteira para a defesa agropecuária.

Tudo isso no esforço de atender aos grupos privados, organizações governamentais e não governamentais, que cada vez mais buscam informações dos impactos socioeconômicos e ambientais da agricultura que subsidiem decisões e políticas públicas. ■

* Chefe de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Embrapa Monitoramento por Satélite.

Áreas de Reserva Legal

Bioma	%
Bioma Amazônia	80
Bioma Cerrado na Amazônia Legal	35
Outros biomas do país (Caatinga, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Cerrado fora da Amazônia Legal)	20

Conferência do Clima

O que está em jogo em Copenhague

SERÁ MUITO difícil as negociações produzirem um tratado novo, abrangente e compulsório sobre o aquecimento global. O Brasil anunciou sua meta para redução das emissões de gases de efeito estufa: cortar de 36,1% a 38,9% suas emissões de gás carbônico até 2020. Os países da Apec (sigla em inglês para Cooperação Econômica Ásia e Pacífico) já anunciaram que para salvar o encontro será importante planejar para o futuro, como na próxima Cop-16, um acordo compulsório.

A meta brasileira foi traçada a partir de projeções feitas pelos técnicos de quais seriam as emissões brasileiras em 2020, de 2,7 bilhões de toneladas. Considera ainda um crescimento da economia de 4% a 6%. A redução ficará entre 975 milhões a 1,052 bilhão de toneladas de CO₂. Se comparado a 2005, ano de pico das emissões brasileiras, o corte representa 15%.

Até agora, as metas anunciadas foram bem mais modestas: os EUA falam em cortar as emissões em até 7%; a União Europeia admite chegar a 30%; a Rússia, 15%; o Japão, 25% e a Indonésia, 26%.

Para cumprir a meta, o governo brasileiro espera contar com o apoio do setor agropecuário:

AMAZÔNIA: redução em 80% do desmatamento, com queda de 20% das emissões de CO₂ (564 milhões de toneladas).

CERRADO: reduzir o desmatamento em 3,9%, com corte de 104 milhões de toneladas de CO₂.

TECNOLOGIAS: incentivar ações como o plantio direto, a fixação de nitrogênio nas colheitas, a recuperação de pasta-

gens por meio do sistema de integração lavoura-pecuária, a eliminação das queimadas na colheita da cana e o aumento do uso de biocombustíveis. Com isto, espera-se cortar mais cerca de 160 milhões de toneladas de CO₂ (6,1%).

“A agricultura tem um potencial extraordinário para colaborar na diminuição da emissão dos gases de efeito estufa”, disse o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes.

O governo evita a palavra meta quando se refere à conferência da ONU sobre mudanças climáticas. “País em desenvolvimento não tem meta, mas sim um compromisso voluntário de redução”, disse a ministra Dilma Rousseff. O governo chegou a falar em redução de 40%, depois voltou atrás e afirmou que não apresentaria um número na mesa de negociações.

Mas o governo sabe que o mundo espera do Brasil um comprometimento com a sustentabilidade e um papel de liderança nas negociações em Copenhague. Entre os líderes mundiais, já confirmaram presença o primeiro-ministro do Reino Unido, Gordon Brown, a chanceler alemã, Angela Merkel, e o presidente francês, Nicolas Sarkozy. O presidente dos EUA, Barack Obama, ainda não decidiu se vai à Dinamarca em dezembro.

Agroanalysis entrevistou com exclusividade políticos, lideranças e cientistas brasileiros sobre as perspectivas da COP-15 para a agricultura brasileira. ■

DESASTRE AMBIENTAL

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), da ONU, é formado por cientistas de 130 governos e faz avaliações regulares sobre a mudança climática. Foi criado em 1988, a partir da percepção de que a ação humana poderia estar exercendo uma forte influência sobre o clima do mundo e que é necessário monitorar esse processo.

O IPCC estima que até o fim deste século a temperatura da Terra deve subir entre 1,8°C e 4°C, o que aumentaria a intensidade de tufões e secas. Nesse cenário, um terço das espécies do planeta estaria ameaçada; populações estariam ameaçadas e vulneráveis a doenças e a fome.

Na avaliação dos cientistas do IPCC, os países podem diminuir os impactos do aquecimento global caso consigam estabilizar em um patamar razoável as emissões de carbono até 2030.

No que diz respeito ao Brasil, o IPCC alerta que algumas áreas da Amazônia podem virar savana, sendo que entre 10% e 25% da floresta poderiam desaparecer até 2080. O IPCC avalia em 50% a possibilidade de a maior parte da Floresta Amazônica se transformar parcialmente em cerrado.

Para os cientistas do Centro Hadley, do Reino Unido, se a temperatura subir entre 1°C e 2°C até 2010, entre 20% e 40% da floresta vão se transformar em savana. Na hipótese mais pessimista, de elevação acima de 4°C, a floresta seria reduzida a 15% do seu tamanho atual.

O único jeito de impedir esse desastre, segundo os cientistas, é reduzir sensivelmente as emissões de gases que causam o efeito estufa.

REINHOLD STEPHANES

Ministro da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

“O Brasil vai alinhado para Copenhague”

AGROANALYSIS Qual é a posição brasileira para a COP-15?

REINHOLD STEPHANES Esperamos que os maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa, como os EUA, toda a Europa, o Japão, a China e a Rússia, assumam o compromisso de redução e apresentem metas. Mesmo sendo o país mais ecológico do mundo, o Brasil apresentará uma posição muito consistente. Aguardamos que os outros países façam o mesmo, até porque a responsabilidade deles é muito maior do que a nossa.

AGROANALYSIS Os produtores brasileiros, que já foram tratados pelo ministro Carlos Minc, como vigaristas, hoje são vistos por ele como grandes aliados na guerra contra o aquecimento global?

STEPHANES É verdade. Talvez muitos ambientalistas nem saibam disso. Apesar de ser um depósito de carbono, a terra quando bem utilizada, como por exemplo o sistema de plantio direto, pode tornar esse balanço positivo. Se de um lado, emite gases efeito estufa, de outro há captação e fixação do carbono no solo. Quando se recuperam áreas degradadas, surgem as raízes das plantas no solo e começa a fixar carbono. Temos por meta o desmatamento zero para reduzir a temperatura do planeta.

AGROANALYSIS Mais do que os outros setores da economia, a agricultura tem muito a contribuir para a meta brasileira de redução dos gases efeito estufa?

STEPHANES Se os outros setores fizerem o mesmo, o Brasil supera qualquer meta que lhe seja imposta. Tudo isso é resultado de estudos e ações da Embrapa ou de outros pesquisadores. Quando tomo uma posição pública, com relação ao meio ambiente e a emissão de gases efeito estufa, a

base da decisão é técnica e científica. Jamais falo por simples leitura ou por achar que tenho conhecimento.

AGROANALYSIS Apesar das brigas entre as áreas de agricultura e meio ambiente no governo, o Brasil leva à COP-15 uma posição alinhada?

STEPHANES Acredito que sim. O presidente Lula já me convocou para discutir juntamente com o ministro Minc e a ministra Dilma a posição do governo brasileiro. O presidente entende a grande importância da agricultura neste processo.

KÁTIA ABREU

Senadora (DEM-TO) e presidente
da Confederação de Agricultura
e da Pecuária do Brasil

“Não fomos convidados para este debate”

AGROANALYSIS Qual é a sua expectativa em relação à COP-15?

KÁTIA ABREU Vemos certa desorganização por parte dos governos, com pouca conversa com os setores. Lutamos pelo desmatamento zero da mata Atlântica e da Floresta Amazônica. Isso já é um componente mais do que essencial como a grande novidade para ser levada à COP-15. Temos o maior plantio direto do mundo, que diminui a emissão de CO₂ e o uso de defensivos. O plantio direto já demonstrou ser uma tecnologia mais do que especial na preservação ambiental. A CNA e a Embrapa fazem um grande programa inédito no mundo para fortalecer os biomas do Brasil, que podemos levar para Copenhague. Infelizmente, o governo conversa pouco com o setor rural, nós praticamente não fomos convidados oficialmente de forma consistente para esse debate.

AGROANALYSIS Se a senhora defende o desmatamento zero, e o ministro Minc também, porque vocês brigam tanto?

KÁTIA ABREU Não existe briga. O ministro é que se exaltou numa oportunidade, mas

nós temos que avançar em prol do Brasil. Não do jeito que o Minc quer, nem do jeito que os produtores desejam, mas em busca do que o Brasil precisa, e principalmente em busca de comida mais barata para aqueles que estão abaixo da linha da pobreza, que são mais de 60 milhões de habitantes. Essas pessoas precisam ser consultadas com relação à questão ambiental, e também os cientistas.

ANTONIO ROQUE DENCHEN

Diretor da Escola Superior de
Agricultura “Luiz de Queiroz”

“Sem renda não existe agricultura sustentável”

AGROANALYSIS Quais são as oportunidades do Brasil na COP-15?

ANTONIO ROQUE DENCHEN Primeiro a de atentar para a realidade. Está em jogo um cenário de quem exporá o que tem de viável, e o Brasil tem grandes potenciais. Acho que o Brasil pode queimar o filme, oferecendo muito, quando os outros estão se recolhendo. Acho que a primeira característica é a estratégia, já que depois será cobrado por isso. O comprometimento tem que ser de todos, um não pode usufruir dos benefícios do que o outro está fazendo. Dentro das características que sabemos, da capacidade do Brasil responder rapidamente em termos de agricultura, e essa resposta vai se fazer numa área em que o cenário é cruzar cabeça de alguns segmentos, principalmente o segmento pecuarista, quando você vai atuar nas áreas degradadas. Quando tem alta produtividade, bons cenários de produção bovina, uma grande parte ainda pergunta a área da propriedade destinada a pastagem? Na pior área da propriedade usa-se a menor tecnologia. E a hora em que você vai otimizar as áreas degradadas, tem que ocupar um terço dessa área com tecnologia na própria produção de pastagem. O Brasil responde imediatamente com alta tecnologia. Temos tecnologia, mas

precisamos de apoio para o agricultor fazer isso.

AGROANALYSIS A agricultura tem como dar uma resposta rápida na redução dos gases efeito estufa.

DENCHEN A agricultura tem uma contribuição para reduzir a emissão do CO₂ muito maior do que os outros setores, e rápido. Hoje, quando pensamos em manejos, minimizamos a erosão do solo. A Esalq procura formar agrônomos capacitados para atuar no processo da sustentabilidade, com uma visão completa do sistema produtivo e na busca do lucro. Sem renda não existe agricultura sustentável. A sociedade está entendendo isso como nunca.

JOSÉ ELI DA VEIGA

Escritor e professor de economia da FEA-USP

“O desenvolvimento é uma coisa social”

AGROANALYSIS Sustentabilidade virou uma onda. Tudo hoje precisa ser sustentável. É só marketing?

JOSÉ ELI DA VEIGA Vou lançar um livro nos próximos dias, *Mundo em Transe*, cujo subtítulo é *Do Aquecimento Global ao Ecodesenvolvimento*. De certa forma, acho positivo essa busca pela sustentabilidade. Mas sustentabilidade não é uma coisa que pode ser avaliada num projeto só, não existe uma empresa sustentável. Se a empresa for responsável na área socioambiental, ela certamente estará contribuindo para a sustentabilidade. A sustentabilidade é uma idéia que surgiu especificamente por causa da questão ambiental, depois é que veio essa história de que tudo tem que ser sustentável: político, econômico, social. O desenvolvimento é uma coisa social, não é uma coisa microeconômica. Não adianta você me apresentar um projetinho, dizendo que é sustentável porque não está causando nenhum tipo de impacto ambiental.

Isso não quer dizer que seja sustentável, porque se estiver inserido numa sociedade não sustentável dá na mesma.

Se uma empresa tem responsabilidade socioambiental, que é um código de ética, aí sim ela vai contribuir para que a sociedade venha a ser sustentável.

AGROANALYSIS Quais são as empresas verdadeiramente sustentáveis hoje no Brasil e no mundo?

VEIGA Existem muitas empresas que têm responsabilidade socioambiental, mas a maioria nem entrou na onda, porque são pequenas e médias empresas que nem têm como pensar nesse assunto. Mas as grandes empresas, que estão muito expostas ao consumidor e ao mercado externo, não podem mais ignorar o assunto. Aqui no Brasil a empresa que está há mais tempo na área e faz uma coisa séria é a Natura. Porque o grupo é mais consciente. Não fiz nenhuma auditoria para avaliar, mas me parece um trabalho sério. Tem também um grande grupo multinacional, o Wal-Mart, que está fazendo um grande trabalho. O grupo foi um grande vilão no passado, mas mudou e se transformou. Hoje cuida de tudo: da água, dos resíduos sólidos, e influencia muito os fornecedores e os próprios clientes. Na área de alimentação, temos também a Native Alimentos, que produz alimentos orgânicos.

AGROANALYSIS A agricultura tem uma série de tecnologias que pode contribuir para a redução de emissão de gases de efeito estufa, como o plantio direto e a integração lavoura e pecuária.

VEIGA Engraçado, quando cheguei da França em 79 falando de integração lavoura e pecuária todo mundo me achava um louco. A integração lavoura-pecuária é um fenômeno europeu. Ocorreu na Europa a partir do século 17. Na evolução da agricultura em países tropicais foi diferente. Isso só agora está sendo



cogitado. Os agrônomos foram formados a pensar produtos separadamente. Na verdade, as grandes agriculturas, as que são mais eficientes, não apenas são uma fusão entre agricultura e pecuária, como na própria agricultura os sistemas são consorciados. Raramente existe um sistema de monocultura.

MÁRCIO LOPES DE FREITAS

Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

“Brasil é uma referência global”

AGROANALYSIS Quais é o peso do Brasil na reunião de Copenhague?

MÁRCIO LOPES DE FREITAS O Brasil é referência global na agricultura, na política e em superação de crise. Temos que ir à COP-15 com a responsabilidade de quem é referência global. Precisamos ir para lá, sabendo dessa posição e responsabilidade, mas também negociarmos bem e não assumirmos compromissos que eles vão tentar nos impor.

Código Florestal

Ajustamento das propostas

INSPIRADO EM um decreto federal de 1934 e instituído pela Lei 4.771, em setembro de 1965, com 50 artigos, o Código Florestal trata da proteção legal de florestas e outras formas de vegetação em território brasileiro, bem como os critérios para retirada e exploração econômica da vegetação nativa. Considerada progressista, a legislação passou por várias transformações e tentativas de flexibilização ao longo de mais de quatro décadas.

Pela lei atual, o percentual da propriedade que deve ser destinado à Reserva Legal é de 80% para terras localizadas na região da Amazônia, 35% para áreas do Cerrado localizadas na Amazônia Legal e 20% para propriedades situadas em florestas e campos de outras regiões do País, como forma de preservar e reabilitar a biodiversidade originária. Já as áreas de preservação permanente são entendidas como necessárias para a preservação dos recursos hídricos.

Em 2008, foram estabelecidos os decretos federais 6.514 e 6.686, que dispõe so-

bre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração dessas infrações e dá outras providências. O texto estabelecia que o prazo para os produtores rurais averbarem as áreas de Reserva Legal de suas propriedades era de 22 de janeiro de 2009, depois estendido para 11 de dezembro.

Neste mês, houve prorrogação da data da averbação para 11 de junho de 2011. Quando entrar em vigor, o proprietário autuado pela fiscalização sem a totalidade da reserva terá prazo de 120 dias para formalizar uma proposta de recuperação da floresta até 2031, livre de multa.

As negociações prosseguem para ajustamento das propostas do MAPA e MMA, com a edição de instruções normativas e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). As mudanças mais polêmicas dependem de decretos presidenciais ou medidas provisórias. ■

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

1. Simplificação da averbação da Reserva Legal das propriedades – que passará a ser fiscalizada a partir de 11 de dezembro – com redução da burocracia. Para os agricultores familiares, o georreferenciamento será gratuito.

2. A consolidação de plantios de madeiras, videiras e cafezais em encostas e topos de morros e de arroz em regiões de várzea estará garantida, de acordo com a proposta da área ambiental. A concessão valerá para os pequenos e grandes produtores, no entanto não serão permitidos novos desmatamentos para ampliar as lavouras nessas áreas.

3. Utilização de APPs como Reserva Legal só valerá para a agricultura familiar ou propriedades com até 150 hectares. Já a permissão de manejo florestal na área da reserva legal também poderá ser feito pelos grandes proprietários, inclusive com exploração madeireira.

4. Criação de um sistema de cotas de Reserva Florestal. Quem não preservou a reserva na propriedade pode comprar áreas preservadas por outros produtores, desde que no mesmo bioma e na mesma bacia hidrográfica. A compensação em outras áreas é prevista pelo Código Florestal, mas até hoje não foi regulamentada. Cada cota corresponderá a 1 hectare de área preservada: o preço das cotas será definido entre compradores e vendedores, sem interferência do governo.

5. Criação do Programa Mais Ambiente, com garantia de mais tempo para regularização, assistência técnica e acesso a mudas e sementes para quem aderir à iniciativa.

De acordo com o MMA, o conjunto de propostas deve resolver pendências legais de 95% dos agricultores do País entre pequenos e médios produtores.

Proposta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento (MAPA)

1. Soma das margens de rios e de nascentes no cálculo da Reserva Legal obrigatória [que varia de 20% a 80% do tamanho da propriedade, dependendo do bioma em que se encontra];

2. Permissão do uso de várzeas, topos de morros e encostas em áreas já consolidadas por uma agricultura sustentável;

3. Possibilidade dos pequenos produtores que não estão à margem de rios e nascentes de fazer sua Reserva Legal de

forma mista, levando em conta a biodiversidade e o cultivo de árvores que pudessem ser exploradas economicamente, como o babaçu e o dendezeiro;

4. Permissão para que as maiores propriedades rurais possam fazer em outras áreas o reflorestamento da Reserva Legal obrigatória;

5. Anistia a produtores que procuram o governo para regularizar alguma situação relacionada ao Código Florestal, ocorrida no passado, sem ter o devido conhecimento de que estavam exercendo algo contrário à legislação.

Novo modelo

Cooperativas de crédito

Sílvio Giusti*

NO BRASIL, o cooperativismo tem seus primeiros registros em 1889, em Ouro Preto (MG). Três anos depois, em 1902, surge o cooperativismo de crédito, na localidade de Linha Imperial, no município de Nova Petrópolis (RS), pelas mãos do padre suíço Theodor Amstad. Seu papel na difusão dos benefícios proporcionados pelas cooperativas de crédito na região, a partir da experiência na Europa, levou à fundação da primeira cooperativa de crédito, em 1902, na época Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis, hoje Sicredi Pioneira.

Dificuldades vivenciadas principalmente no meio rural e em comunidades isoladas foram determinantes para o início do movimento no País. Muitos colonos necessitavam, entre outras coisas, de um meio para obter recursos financeiros e comprar sementes, utensílios e ferramentas para o trabalho nas fazendas, ou ainda, guardar esse dinheiro proveniente da venda de grãos e de animais.

Hoje, mais de cem anos depois, o cooperativismo brasileiro de crédito colhe os frutos da sua própria história, e acima de tudo, por se firmar como um mecanismo, cada vez melhor, de acesso à poupança e ao crédito.

A expressividade do segmento é evidente. Em junho deste ano, o setor reunia mais de 1,4 mil cooperativas de crédito, 50 mil empregos, 4.282 pontos de atendimento e cerca de 4,5 milhões de associados. Organizadas em cooperativas de primeiro grau – confederações, segundo grau – centrais e primeiro grau – singulares, essa estrutura abrange ainda dois bancos cooperativos – Sicredi e Bancoob.

As cooperativas de crédito administram mais de R\$ 48,2 bilhões em ativos, com R\$ 10,3 bilhões em Patrimônio, mais de R\$ 21 bilhões em Depósitos e mais de R\$ 22 bilhões em Empréstimos, conforme dados do Banco Central (BC), em junho deste ano.

O crédito rural no ambiente cooperativo de crédito

O crédito rural é motriz da geração de grande parte da riqueza do Brasil. A produção de grãos, sua comercialização e seus beneficiamentos são fatores de peso na economia nacional, e o crédito rural é base desse processo produtivo. Historicamente, muitas dificuldades se apresentaram aos produtores rurais para o adequado acesso aos recursos do crédito rural, seja por aspectos do processo burocrático para a tomada de crédito, por questões de prazos de liberação e vencimento de créditos e até em função de volumes de crédito que por vezes foram escassos ou indisponíveis.

No sentido de superar tais entraves, muitas cooperativas de crédito surgiram com o objetivo de viabilizar melhor am-

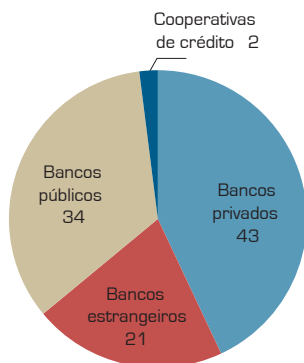
biente aos produtores rurais quanto ao crédito rural e, assim, proporcionar melhores condições de acesso ao crédito de forma mais dinâmica, desburocratizada e adequada às necessidades do meio rural.

Na medida em que as cooperativas de crédito, que atuam fortemente com o crédito rural, surgiram da organização dos produtores rurais, são eles, por meio da sua diretoria eleita em assembleia geral, que determinam as prioridades de aplicação dos recursos e a forma de atuação da cooperativa para atender às suas necessidades.

Essa concepção de atuação dos produtores rurais nas cooperativas de crédito há muito é defendida pelo ex-ministro da Agricultura do Brasil e presidente da OCB (1985-91), Roberto Rodrigues, que disse: “Com isso, a agricultura se capitaliza, produz mais e melhor, remunera com generosidade, gerando empregos e rendas que criam um mercado interno mais capaz para assimilar a produção agrícola e industrial. E assim se fecha um ciclo econômico sólido, com a produção lastreada na demanda estável. Ainda mais: o sistema reduz a pressão por crédito, aliviando o Tesouro e os bancos privados, e também ajuda a combater a inflação, porque a cooperativa não precisa ter lucro, podendo trabalhar com taxas mais baixas de juros. Portanto, todos se beneficiam: o governo, porque será menos pressionado por recursos; a sociedade, porque a inflação pode ser corrigida, e o agricultor porque se capitaliza.”

Antes de verificar a atuação das cooperativas de crédito no mercado de crédito rural, é necessário recordar que essas organizações detêm a participação de 2% das operações do Sistema Financeiro Nacional (SFN), ou seja, 98% estão distribuídos entre os bancos públicos, privados e estrangeiros.

Se verificarmos e compararmos essa proporcionalidade entre os 2% das cooperativas de crédito e os 98% dos bancos, fica evidente que as cooperativas de crédito têm papel extremamente significativo no mercado do crédito rural do Brasil. ■



* Analista de crédito da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

1º Fórum

Inovação, agricultura e alimentos para o futuro sustentável

José Otavio Menten*

AS PREOCUPAÇÕES com o crescimento populacional e a necessidade de aumento de produção sustentável na agricultura foram compartilhadas por representantes do setor agrícola e alimentício durante o 1º Fórum Inovação, Agricultura e Alimentos para o Futuro Sustentável. O encontro ocorreu no último dia 15 de outubro, em São Paulo, e reuniu cerca de 150 participantes. A iniciativa da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) recebeu apoio da FAO, do Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares) da Sociedade Rural Brasileira e do Grupo Pão de Açúcar.

O futuro vem do campo

A previsão está feita. Daqui a 40 anos, o planeta terá cerca de 2,3 bilhões de pessoas a mais. Dos atuais 6,8 bilhões, a população mundial crescerá para 9,1 bilhões de habitantes. Entre os diversos desafios que acompanham o aumento populacional, como prover moradia, saneamento básico e educação, o mais dramático é suprir a demanda por alimentos. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), para que a agricultura mundial cumpra esta missão, será necessário investir US\$ 83 bilhões por

ano em países em desenvolvimento, um acréscimo de 50% nos investimentos atuais alocados para o setor.

A estimativa da FAO sobre a demanda, em 2050, de cereais para alimentação humana e animal é de cerca de 3 bilhões de toneladas. Ou seja, a produção anual de cereais deverá crescer quase 1 bilhão de toneladas em relação aos 2,1 bilhões de toneladas de hoje. A produção de carne precisará aumentar, das atuais 200 milhões de toneladas, para um total de 470 milhões de toneladas. Desse total, 72% serão consumidos nos países em desenvolvimento – um crescimento de até 58%.

A demanda por alimentos deverá ser cada vez maior, não apenas por conta do crescimento populacional, mas também pelo aumento da renda. Um estudo recente divulgado pela LatinPanel, maior empresa de pesquisa domiciliar da América Latina, revela que pessoas de baixa renda, que convivem com enormes problemas no consumo de itens básicos, com R\$ 1 extra no bolso já vai às compras, especialmente de alimentos. O gasto com comida pesa 30% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE, que mede a inflação das famílias mais pobres, com renda de até cinco salários mínimos.

O impulso das tecnologias

Aumentar a produtividade mundial de alimentos em 70%, de maneira sustentável, foi o tema central debatido no fórum. O índice é definido pela FAO como condição efetiva para que um terço a mais da população possa se alimentar daqui a 40 anos. Cerca de 90% desse aumento de produção, de acordo com a FAO, serão proporcionados pelo rendimento das lavouras, intensificado pelas inovações tecnológicas incorporadas à atividade rural.

O investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para o campo é o único caminho para o produtor rural produzir mais utilizando menor área. A defesa agropecuária é um dos itens estratégicos em um planejamento político agropecuário. O segmento de defensivos agrícolas investe cerca de 12% de seu faturamento em novas tecnologias. Sem o controle eficiente de pragas e doenças nas plantações, o Brasil estaria muito longe da posição que hoje ocupa no cenário mundial.

As tecnologias de proteção vegetal evitam perdas nas culturas da ordem de 38%. Pode-se calcular as consequências dramáticas com uma suposta escassez de frutas, hortaliças e grãos – como milho, arroz, soja e feijão –, apenas para citar alguns itens imprescindíveis na cesta de alimentos da população. As boas técnicas que vêm sendo utilizadas no campo, incorporando as tecnologias geradas pela pesquisa brasileira, têm dado clara contribuição para



José Tubino, representante da FAO no Brasil, durante o I Fórum Inovação, Agricultura e Alimentos, em São Paulo

que o Brasil seja o principal país produtor de alimentos num futuro muito próximo.

Se a tarefa de produzir alimentos em larga escala ante o aumento demográfico já será imensa, pode-se avaliar o desafio, para todas as nações, de tornar a missão exitosa diante da limitação dos recursos naturais. Quando grandes pensadores indicam os dez maiores problemas – ou desafios – que o mundo enfrenta hoje, e continuará enfrentando no futuro, dois deles estão diretamente ligados à agricultura: alimento e meio ambiente.

Há um debate radical recente sugerindo que o ambiente e a produção de alimentos não podem caminhar juntos. Porém, o produtor rural, responsável pela produção dos alimentos é, antes de mais nada, um aliado do ambiente. O setor agrícola, nesse cenário, tem a oportunidade de dialogar abertamente com a população urbana sobre a importância da produção de alimentos, respeitando o ambiente e criando uma agenda positiva entre os dois setores.

Crise alimentar

A FAO calcula que mais de 1,2 bilhão de pessoas estão hoje em situação de subnutrição crônica no mundo. Isso significa que um a cada seis habitantes do planeta não tem alimentação adequada. José Tubino, representante da Organização no Brasil, apresentou, durante o fórum, o mapa da subnutrição e desnutrição no mundo. No caso do Brasil, 12 milhões de pessoas sofrem de desnutrição, o que representa 6% da população. Apesar de o número ser preocupante, Tubino elogiou o País, que em comparação a outras nações, tem avançado de forma surpreendente com políticas públicas criativas e inovadoras.

A Índia e a China apresentam o pior quadro em números absolutos de pessoas subnutridas, com 250 milhões (22% da população) e 127 milhões (10% da população), respectivamente. Quando o referencial é o percentual da população, a República Democrática do Congo aparece com alarmantes 75% das pessoas em situação de subnutrição crônica, seguida pela Eritreia (África), com 63%, e pelo Haiti (América Central), com 58%.

Existe uma preocupação, por parte da FAO, de que o problema da fome seja esquecido, diante de outras crises que vêm acontecendo de forma simultânea. Trazer o tema para a agenda política no âmbito mundial foi o principal objetivo do último encontro do Comitê Mundial de Segurança Alimentar, realizado em Roma, entre 16 e 18 de outubro últimos. Um dos planos para o comitê é que ele esteja articulado com comitês nacionais de segurança alimentar, a fim de que os problemas da fome resultem na criação de políticas públicas e programas de ações concretas.

Neste âmbito, o Brasil tem lançado importantes iniciativas, como ações focadas na agricultura familiar e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 047/2003, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Consea. A PEC sugere que a alimentação seja um direito humano registrado na Constituição brasileira. Após passar por todas as votações no Senado e ser aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, no último dia 3 de novembro, a proposta segue para segundo turno. “Por não estarem acontecendo em todo o mundo, essas iniciativas colocam o Brasil, dentro do tema da segurança alimentar, em um papel de liderança”, afirmou o representante da FAO.

Planejamento político

O desenvolvimento do Brasil depende do desenvolvimento do setor agrícola, uma das principais forças que impulsionam o País. A afirmação é de Daniel Vargas, ministro de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, durante sua apresentação no 1º Fórum Inovação, Agricultura e Alimentos. A agricultura ainda não tem política pública que ofereça clareza ao produtor, diferentemente de outros importantes temas, como educação, transporte e energia.

Três premissas fundamentais devem ser preenchidas para que o plano político voltado para o agronegócio seja bem-sucedido, segundo o ministro: trabalhar para promover a industrialização rural – o que agregará valor ao campo –, su-

perar um contraste nocivo e arbitrário – que permitirá um modelo único para a agricultura, e não uma familiar e outra empresarial –, e estimular a construção de uma classe média rural forte.

No planejamento, devem constar aspectos considerados prioritários para o setor do agronegócio, tanto em termos de obras físicas como institucionais. O primeiro é a recuperação de áreas degradadas, em que há os desafios técnico, tecnológico e econômico: o custo da degradação *versus* o benefício da recuperação. Para recuperar 1 hectare de área degradada é necessário um investimento entre R\$ 3 mil e R\$ 4 mil, enquanto o investimento em uma área nova gira em torno de R\$ 600.

Outro ponto fundamental é o transporte. Há muita dificuldade de escoamento da produção e, em algumas regiões, a logística responde por 40% do total investido, tornando-se muito onerosa para o produtor. O governo federal prevê o término a curto prazo de duas obras, a BR-163 e a Ferrovia Norte-Sul, e a implantação da Hidrovia Tapajós-Teles Pires. A integração desse sistema a outras formas de transporte resultariam em um barateamento de frete, já que aumentaria a concorrência entre elas.

Inovação é saída para sustentabilidade

A inovação, a ciência e a tecnologia são a saída para a sustentabilidade, afirmou o físico e ex-presidente da Embrapa, Silvano Crestana, no fórum. As tecnologias convergentes já são realidade no agronegócio brasileiro, como a nanotecnologia e as pesquisas com organismos geneticamente modificados – OGMs.

Como forma de práticas sustentáveis, é possível ver sistemas integrados em áreas tradicionais e de expansão, como a integração de produção de bioenergia e alimentos ou a integração de lavoura-pecuária-floresta. Segundo o pesquisador, esses sistemas aumentam a produtividade do agricultor e ainda podem ajudar na preservação ambiental.

O que está sendo realizado hoje levará a impactos positivos no futuro. Os elemen-

tos corretos dessas consequências estão sendo buscados, para que os tomadores de decisão possam agir adequadamente. Hoje não é mais uma opção, passou a ser um dever para o Brasil alimentar o mundo. O desafio agora é conquistar a liderança em produção e manter a sustentabilidade.

Rastreabilidade chega ao varejo

Após quatro anos de estudo, o Grupo Pão de Açúcar criou o programa Qualidade desde a Origem, que visa a mapear e obter o controle sobre frutas, legumes e verduras (FLV), comercializados pela rede, do campo até o consumidor. Com informações sobre o processo de produção, é possível tomar ações corretivas diretamente na lavoura, caso seja necessário. O diretor comercial

Falta incentivo para a agricultura

A agricultura é o setor mais importante da economia brasileira, e mesmo assim, é muitas vezes abandonada pelas políticas de Estado. De acordo com Cesário Ramalho, presidente da Sociedade Rural Brasileira, o produtor enfrenta diversos problemas. A logística, por exemplo, é uma questão fundamental, mais importante do que a própria produção. “Hoje, não adianta obter excelência no produto se não houver a logística, que no Brasil tem custo altíssimo, chegando próximo aos 10%”, afirmou Ramalho.

O presidente da entidade apontou que o capital não está chegando ao campo de maneira adequada para que os 50% de aumento de produtividade sejam alcançados. Não há um sistema de seguro compatível com aquilo que é produzido. Na safra 2009/2010, por exemplo, o sojicultor terá prejuízo: em março, quando ele for vender o grão, este valerá R\$ 31 a saca. Hoje, o hectare de soja custa R\$ 1,6 mil, ou seja, para equiparar a produção seria necessário que ele vendesse cerca de 40 sacas, cada uma valendo R\$ 40, condição improvável, de acordo com a previsão do representante rural.

Indicadores de sustentabilidade

A missão do Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares) é contribuir para o desenvolvimento da sustentabilidade, geração e difusão de conhecimento e estruturação de canais permanentes de diálogo. De acordo com Ocimar Villela, diretor superintendente do Instituto, palestrante no fórum, ainda precisamos de estudos relacionados ao tema sustentabilidade, pois muitos discursos feitos atualmente sobre o assunto são vazios. Uma das metas da entidade é trazer cada vez mais tecnologia para esse discurso, pois é o caminho para que os paradigmas da área sejam mudados.

Um dos projetos estratégicos discutidos atualmente pelo Ares é chamado Do Campo à Mesa, uma análise de indicadores da agropecuária, realizada da porteira para dentro. O projeto já é desenvolvido nos Estados Unidos e está sendo criado no Brasil em parceria com diversas empresas. Para avaliar o sistema produtivo brasileiro, o instituto alega a necessidade de indicadores de sustentabilidade. Com esta ferramenta, seria possível avaliar a conservação do solo e fornecer resultados concretos aos consumidores.

de FLV do grupo, Leonardo Miyao, participante do fórum, conta que o programa foi uma medida necessária para garantir a segurança alimentar do consumidor, além de valorizar e diferenciar a qualidade dos produtos ofertados pela rede varejista.

O Grupo Pão de Açúcar faz uma análise nas amostras para identificar eventuais quantidades irregulares de resíduos de defensivos agrícolas. Hoje, a empresa ampliou o número de princípios ativos pesquisados, chegando a 250, mais do que o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (Para) –, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Indústria de alimentação crescerá até 1,5%

A indústria brasileira da alimentação adquire 55% de tudo o que é produzido pela agropecuária do País, segundo Amílcar Lacerda, gerente de Departamento de Economia e Estatística da Associação Brasileira da Indústria de Alimentação, Abia. Além disso, boa parte do investimento dessa indústria é feito em conjunto com a agricultura. No passado, era muito complicado fazer investimento cooperativado entre a indústria e o setor agropecuario,

mas as normas e legislações para investimento em pesquisa e desenvolvimento sofreram alterações que trouxeram melhorias. O relacionamento, portanto, é muito forte entre os dois setores.

O setor alimentício deve registrar um crescimento de até 1,5% neste ano, alcançando o valor de R\$ 290 bilhões. Em agosto, o segmento apresentou alta de 3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Além do faturamento, a Abia espera elevar sua participação no PIB, passando de 9,3% no ano anterior para 9,5% neste ano. Porém, as exportações devem cair, principalmente por conta de produtos como a carne, os óleos e osuco de laranja.

Amílcar Lacerda apontou a questão da sustentabilidade como uma grande preocupação para a indústria. Para manter a exportação em crescimento e atender à demanda internacional, que continuará crescendo, principalmente nos mercados emergentes, é necessário que haja um aumento de produtividade. Neste ponto, é fundamental que o setor de alimentos também veja com muita atenção a prática do desenvolvimento sustentável. ■

* Diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal, Andef.

Errata No artigo Liderança em tecnologia fitossanitária, publicado na edição 04, de abril de 2009, onde se lê: “O consumo de defensivos agrícolas no Brasil totalizou 733,9 milhões de toneladas”, leia-se: “...totalizou 673,9 mil toneladas de produto comercial [formulado]”.

Insumos agrícolas

Futuro do canal de distribuição

Henrique Mazotini*



NA EDIÇÃO passada, mostramos uma análise sobre as mudanças comportamentais do canal de distribuição de insumos agrícolas com um diagnóstico sobre a gestão financeira de suas empresas. Assim como nas finanças, esse ramo de negócio desenvolve também as áreas de inteligência, que são ligadas à visão de futuro das empresas. Afinal, estamos convencidos de que o Brasil se consolidará entre os líderes de produtores de alimento do mundo nos próximos 15 anos. Como é necessário acompanhar o crescimento do setor, as revendas de insumos montam programas de médio e longo prazos e abandonam a ânsia por resultados imediatos.

De certa forma, a indústria fornecedora de insumos deu início a esse processo. Em seus programas de relacionamento com as revendas, há algum tempo apontam o planejamento estratégico como exercício essencial para a conquista de melhor desempenho e até para a sobrevivência das empresas. Tanto assim que classificam e bonificam seus clientes de acordo com a verificação de itens do planejamento como ferramenta para as revendas a se adaptarem à nova necessidade.

Uma mudança significativa tem sido percebida no setor, a forma de posicionamento dos proprietários das revendas. De donos do estabelecimento, centralizadores e autoritários, atingem o *status* de empresários e de gestores, com a demonstração de uma visão mais ampla e imparcial do negócio. Estima-se que 25% das revendas hoje tenham, inclusive,

profissionais contratados para gerirem as revendas, praticamente livres da interferência do proprietário.

Se a gestão da empresa está mais descentralizada, as habilidades e os talentos dos funcionários passaram a valer ouro. Devido à acirrada concorrência das empresas do setor (outras revendas e fabricantes) por funcionários qualificados e diferenciados, principalmente no departamento de vendas, as revendas desenvolvem programas de atração, desenvolvimento e retenção de talentos muito bem estruturados.

Com essa administração, as empresas destacam-se no segmento e atraem ainda mais os olhares dos concorrentes. Por este motivo, necessitam aprimorar constantemente a gestão de pessoas. Prova desta constatação são dois grandes distribuidores associados à Andav, a Agro Amazônia e a Ceagro Business, que estão entre as 150 Melhores Empresas para se Trabalhar em 2009, de acordo com uma conceituada revista. Roberto Motta, sócio-diretor da empresa Agro Amazônia, relata que a chance de obter sucesso e crescimento empresarial está diretamente ligada ao envolvimento que os funcionários têm com a empresa. “Quando as pessoas estão satisfeitas com o ambiente de trabalho, são adequadamente treinadas, remuneradas e percebem que a empresa deseja seu desenvolvimento, sentem-se parte do negócio. Motivados, os funcionários comprometem-se e produzem mais, diz.” Dos mais de 200 funcionários, 92.1% se identificam com a empresa, 84.8% estão

satisfeitos e motivados e 85,5% aprovam seus líderes.

A constante revisão de valores e aperfeiçoamento da gestão de pessoas está também associada a um dos mais importantes e imprescindíveis desafios que o canal de distribuição enfrenta na questão do planejamento: o processo de sucessão empresarial.

Com mais de 20 anos de experiência, as revendas mais antigas passam agora forçosamente por essa transição. Precavidas, elas buscam excelência e se antecipam nesse delicado campo. Afinal, grande parte delas é composta por sócios, com filhos e netos, que nem sempre se dão bem ou tem aptidão para o agronegócio.

Opções muito curiosas surgem entre os associados da Andav para resolver a questão e evitar futuros conflitos, como a realização de contratos que previamente definem como os herdeiros terão participação, remuneração e tomarão posse do negócio. Outras possibilidades são buscar profissionais competentes e hábeis, sem laços sanguíneos, ou a decisão extrema da venda do negócio.

De uma forma ou de outra, é visível o engajamento das revendas no processo de profissionalização do segmento. A crença da Andav, como representante do setor, é de que todas essas ações sinalizam que o canal de distribuição, de modo geral, não apenas visualiza o futuro reservado ao País, como se vê parte dele. ■

* Presidente Executivo da Andav.

Legislação

Venda de terras na Amazônia

A COMISSÃO de Constituição, Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ) aprovou em outubro último o Projeto de Lei 4.440/2001, que proíbe a venda de terras com mais de 15 módulos fiscais a estrangeiros na Amazônia Legal, o que equivale ao tamanho de uma propriedade média na região, cerca de 11,4 km² ou 1.140 hectares. O Projeto de Lei agora segue para o Senado, já que foi aprovado em caráter conclusivo pela comissão.

O módulo fiscal varia de município para município. Cada módulo representa em média 76 hectares, mas de acordo com a região, a unidade pode chegar a 110 hectares.

Pelo projeto, entidades internacionais e pessoas que não tem a nacionalidade brasileira só poderão adquirir terrenos maiores na região amazônica se estiverem instalados no Brasil há mais de dez anos.

De acordo com dados do Incra, cerca de 3,6 milhões de hectares de terra no Brasil estão nas mãos de estrangeiros, porém a estimativa é de que o número seja ainda maior (5,5 milhões de hectares), porque as informações repassadas por cartórios seriam incompletas. Muitos proprietários não declaram sua nacionalidade.

A proposta estabelece também que para expandir as áreas de propriedade de pessoas e entidades estrangeiras será preciso observar o prazo de dez anos de domicílio no país e provar, por meio de um laudo emitido por órgão fundiário federal, que o imóvel original cumpre plenamente a função social na forma imposta pela Constituição Federal.

O projeto proíbe ainda, a qualquer título, a venda a estrangeiros de terras próximas à chamada “faixa de fronteira”, que abrange cerca de 150 km de largura na

fronteira da Amazônia com outros países. Os estrangeiros que já possuem terrenos em região de fronteira deverão provar em até seis meses que o imóvel cumpre sua função social.

Se não houver a comprovação no prazo estabelecido, o projeto prevê a imediata instauração de processo judicial para o cancelamento do título da propriedade.

Decreto presidencial

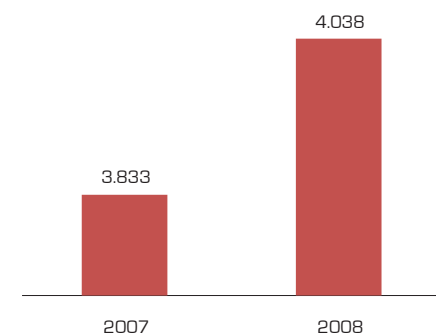
Também em outubro passado, decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva proíbe estrangeiros e empresas estrangeiras de comprarem terras na Amazônia dentro do programa Terra Legal, criado neste ano, que permite a regularização de terras de 268 mil posseiros que ocuparam terras na região até dezembro de 2004.

O decreto assinado por Lula permite a venda de áreas entre 400 e 1.500 hectares apenas três anos após a titulação pelo programa, desde que os compradores não sejam estrangeiros nem empresas. Brasileiros donos de outras áreas na região podem comprar mais terras, até o limite total de 1.500 hectares.

De acordo com o decreto, áreas onde já ocorreram conflitos agrários ou desmatamento recente serão vistoriadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) antes de serem regularizadas.

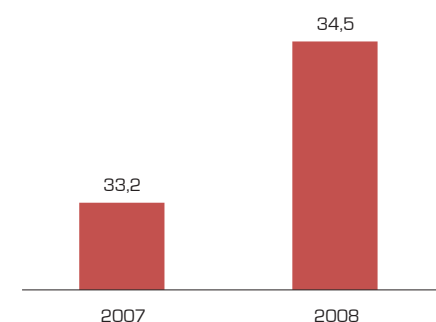
Uma pesquisa recente do Instituto Internacional de Pesquisa em Política Alimentar (Ifpri, na sigla em inglês), baseado em Washington, nos Estados Unidos, revela que os investidores estrangeiros arremataram entre 15 milhões e 20 milhões de hectares

Áreas adquiridas por não brasileiros (mil hectares)



Fonte: Incra

Imóveis adquiridos por não brasileiros (mil)



Fonte: Incra

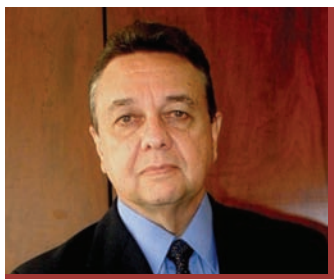
de terras no exterior desde 2006, em operações que podem chegar a US\$ 30 bilhões.

Os principais compradores possuem muito capital e pouca terra, como os países do Golfo, ou uma população grande, como a China, a Índia e a Coreia do Sul. Os vendedores são nações em desenvolvimento, principalmente no Continente Africano, onde os custos da produção e do solo são muito mais baixos. As negociações são feitas por empresas e fundos de investimento ou diretamente entre governos. “Esse movimento é o medo causado pelo recente aumento dos preços dos alimentos”, diz David Hallam, diretor da divisão de comércio e mercados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), em Roma.

Se, de um lado, o investimento estrangeiro traz renda, gera empregos e desenvolvimento, de outro, o Brasil deve ter maior controle sobre essas transações. ■

Diário de bordo

Sanduíche amargo



Roberto Rodrigues*

AS PERSPECTIVAS agrícolas para 2010 são pouco animadoras. A valorização do real ante o dólar acaba encarecendo nossos produtos de exportação, tirando competitividade dos agropecuaristas brasileiros e favorecendo as importações. Além disso, a safra de verão de 2009/2010 foi plantada com insumos comprados a R\$ 1,90 por dólar e será colhida a um dólar de R\$ 1,70 ou menos. Vale lembrar, de outro lado, que os custos dos insumos caíram bastante este ano em relação aos do ano passado, mas isso não importa: o que faz a diferença é o custo deste ano em relação à colheita do próximo.

Safras recordes de soja nos principais países produtores (Estados Unidos, Brasil e Argentina) aumentarão a oferta e os estoques, sinalizando queda nos preços em dólar. O milho terá preços estáveis e o algodão, com aumento da demanda após a crise, será mal remunerado internamente pela questão cambial, embora os preços devam subir em dólar.

A laranja continuará a ser um grande problema, porque vem mal há 3 anos, mas piorou devido à queda do consumo de suco por causa da crise, o que achatou os preços.

O café terá em 2010 uma safra cheia dentro da bianualidade típica. A especulação sobre o produto inibe a melhora de preços, embora haja demanda aquecida e

oferta ajustada: o setor será um dos mais afetados financeiramente, como ocorre há quatro safras.

As carnes igualmente perdem competitividade pela questão cambial, sem falar na perda de mercados em função da crise e das restrições da União Europeia. Mesmo com a queda dos preços das rações por causa do milho e soja baratos, o cenário para frangos e suínos é pouco animador, e depende bastante de alguns países compradores, como a Rússia e a China.

E este setor ainda teve uma forte concentração industrial, o que não é um mal em si, mas assusta os produtores rurais.

De bom sobra a cana, por causa dos preços recordes de açúcar em função da seca na Índia. Mas este produto vem de três anos de custos superiores aos preços de venda, de modo que apenas recupera parte das perdas anteriores.

Neste cenário sombrio, a agropecuária é ainda ensanduichada por outras duas questões, não bastasse o “molho amargo” do câmbio: a ambiental e a fundiária.

A questão ambiental está presa ao célebre Código Florestal, cuja solução é essencial para trazer paz ao campo. A discussão sobre a Reserva Legal, principalmente, precisa sair do emocional para o científico-racional e, com inteligência, tem que ser encontrado um caminho saudável para a real sustentabilidade.

E o tema do Índice de Produtividade segue assombrando o setor rural. Também isto deve ser resolvido, de preferência com a evidência de que, na economia globalizada, o mercado desapropria a ineficiência. Não precisa nenhum burocrata dizer quanto cada um deve produzir em sua fazenda, especialmente porque este número não vai considerar custos de produção, oferta, demanda, preços, câmbio e outros detalhes da vida real. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Rural 90 anos



Cesário Ramalho da Silva*

NESTA EDIÇÃO, compartilho com o prezado leitor, o discurso da sole- nidade em comemoração aos 90 anos da Sociedade Rural Brasileira, realizada no início de novembro, em São Paulo.

“Os problemas estruturais do agrone- gócio aumentaram em razão do avanço do setor. Reformas necessárias para a mo- dernização do Brasil foram esquecidas. O Estado, aliado às corporações estatais, seus fundos de pensão e sindicatos são “todo-poderosos”. Impõem à sociedade custos e carga tributária sufocante.

O Estado investe e não deixa o setor privado investir.

Câmbio desfavorável, infraestrutura lo- gística precária, deficiências na defesa sani- tária, legislação trabalhista detalhista e con- flitante com as particularidades do trabalho rural são vilões para o desempenho do agro e dos demais segmentos da economia.

Apesar de ser a personagem mais im- portante da cadeia produtiva, o produtor é o elo mais fraco. Mesmo assim, avançamos graças ao trabalho do produtor e ao domí- nio da tecnologia da agricultura tropical.”

Política Agrícola

“O Brasil precisa diversificar as fontes de crédito, intensificar o seguro rural, apri- morar o programa de preços mínimos, a fim de obter maior estabilidade da renda da agricultura. Nas negociações interna- cionais, temos que ser mais atuantes e es-

tarmos preparados para contestarmos o protecionismo disfarçado de exigências técnicas.”

Reforma agrária

“Precisamos virar a página da reforma agrária. A violência e a ameaça de desapropriação geram intranquilidade e afastam investimentos. Com produção insignificante, os assentados ficam eternamente dependentes do assistencialismo do Estado, pois não recebem os títulos de propriedade e, por isso, não conquistam a emancipação. Aqui, registro que assentamento não é agricultura familiar.”

Meio Ambiente

“O Código Florestal, datado de 1965 e remendado ao longo de mais de 40 anos, não contempla as mudanças ocorridas na produção rural. Precisa ser alterado para efetivamente cumprir seu papel de conservação, sem barrar a produção e desenvolvimento.

A Floresta Amazônica deve ser conservada. Mas, é preciso respeitar as pessoas que lá vivem e a legislação tem que permitir a ocupação racional e o desenvolvimento sustentável da região. A desorganização fundiária é o gatilho do desmatamento. Por isso, regularizar a posse das terras é fundamental.”

Futuro

“Para que a expectativa de celeiro do mundo se concretize, o Brasil precisa investir muito em pesquisa, com a biotecnologia e a nanotecnologia aplicadas à produção rural. O futuro será de quem investir em qualidade, inovação, segurança de produtos e processos, entre outros atributos.

A exigência de critérios socioambientais tornou-se diferencial competitivo. Consolidar um agronegócio sustentável é o caminho para o desenvolvimento e a preservação da natureza. O Brasil provou ao mundo que pode caminhar na rota do desenvolvimento socioeconômico por meio da agricultura.” ■

Opinião

COP-15: oportunidades



João Sampaio*

O BRASIL não tem motivos para temer os debates da 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), que acontecerá em dezembro, na Dinamarca. Temos oportunidades para superação das ameaças climáticas e convertê-las em desenvolvimento socioeconômico. Para a agricultura, o potencial é imenso se criarmos um ambiente favorável, com marcos regulatórios. É preciso derrubar os mitos sobre o agronegócio brasileiro reproduzidos, erroneamente, na imprensa mundial e entre os governantes e formadores de opinião dos países desenvolvidos. Para tanto, vamos deixar claro o nosso compromisso.

Primeiro, o agricultor é o maior interessado na proteção ao meio ambiente e na recuperação de áreas degradadas. Não somos os maiores responsáveis pela poluição de rios ou derrubadas de florestas. Com tantas leis e interferências no processo produtivo, o agricultor não sabe o que seguir. A indefinição prejudica aqueles que querem trabalhar dentro da legalidade.

Segundo, as metas de redução de emissão de gases e respeito às legislações ambientais devem ser colocadas à mesa. No estado de São Paulo, por uma lei inédita em todo o País, foi criada a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), com meta de redução de 20% da emissão de gases de efeito estufa até 2020, tendo por base o ano

de 2005. Além da redução, serão realizadas ações para aumentar a parcela de fontes renováveis de energia, prevenir e adaptar alterações produzidas pelos impactos das mudanças climáticas e preservar e ampliar os nossos estoques de carbono. Com isto, o estado participa da COP-15, com posições mais fortes e definidas.

O Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – Fecop, que apóia projetos relacionados ao controle da poluição e preservação do meio ambiente em São Paulo, financiará ações e planos específicos de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas. O estado deve publicar um inventário das emissões de gases de efeito estufa em dezembro de 2010, que norteará as metas.

Na área agrícola, medidas já tinham sido tomadas anteriormente. Em 2007, foi criado o Protocolo Agroambiental, que limita a queima da palha da cana na colheita para 2014 em áreas mecanizáveis e 2017 para áreas não mecanizáveis. Em 2008, foi lançado o zoneamento agroambiental, com a criação de restrições à expansão da cana e instalação de novas usinas.

Terceiro, as oportunidades. O Brasil reúne condições para aumento o uso de fontes de energias limpas (biocombustíveis, energia eólica, biomassa e solar). Hoje, 28% de toda a matriz energética nacional vêm de fonte renovável, com potencial para duplicarmos, preservando florestas e outras áreas verdes. Também a recuperação de pastagens, aumento de produtividade, utilização de sistemas de plantio direto e cultivo de florestas plantadas são medidas já adotadas pelo produtor. A mensuração desta contribuição será possível com a definição de regras para a emissão dos créditos de carbono.

Outro ponto forte nas discussões da COP-15 é o pagamento por serviços ambientais. O Brasil não pode correr o risco de ser cobrado pela proteção das suas florestas sem nenhum tipo de suporte financeiro. A preservação só acontecerá se acompanhada de sustentabilidade econômica. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo